



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MÍDIA, ARQUIVO E MEMÓRIA:
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA TV GLOBO

MARIANA GOUVEIA DE CARVALHO TOBIAS GRANJA

Rio de Janeiro

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MÍDIA, ARQUIVO E MEMÓRIA:
O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DA TV GLOBO

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social - Jornalismo

MARIANA GOUVEIA DE CARVALHO TOBIAS GRANJA

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

GRANJA, Mariana Gouveia de Carvalho Tobias

Mídia, Arquivo e Memória: O Centro de Documentação da TV
Globo. Rio de Janeiro, 2009.

Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação –
ECO

Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Mídia, Arquivo e Memória: O Centro de Documentação da TV Globo**, elaborada por Mariana Gouveia de Carvalho Tobias Granja.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Micael Herschmann

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação - UFRJ

Dr. Marco Antonio Roxo da Silva

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense – UFF

GRANJA, Mariana Gouveia de Carvalho Tobias. **Memória e Arquivo: as imagens de arquivo como guardiãs da memória.** Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro. UFRJ / ECO. Monografia em Jornalismo.

Resumo

Este trabalho faz uma reflexão acerca da importância das imagens de arquivo como guardiãs da memória e suas utilidades na mídia. Nos últimos anos, com a velocidade do mundo aumentando a cada instante e com a produção de informações cada vez maior, o medo do esquecimento toma conta das pessoas e o culto à memória não para de crescer. Com isso, o arquivamento de imagens torna-se peça chave para a compreensão do passado e explicação para acontecimentos do mundo atual. O processo de arquivamento de imagens não é simples, e todas as etapas são explicitadas passo a passo, tendo como estudo de caso o Centro de Documentação da TV Globo, o CEDOC.

*Aos meus pais, que mesmo ausentes fisicamente foram fundamentais para o que
eu me tornei hoje.*

SUMÁRIO

1. Introdução

2. As tramas da memória

2.1 Memória individual e memória coletiva

2.2 O papel da história X o exercício da memória: o fato histórico

3. Memória, mídia e arquivo

3.1 Telejornalismo como lugar de memória

3.2 Imagens de arquivo como ferramenta de compreensão da história

4. Pesquisa e documentação de imagens – Cedoc TV Globo

4.1 Sinopse de imagens – a escolha do que vai entrar para a história

4.2 Pesquisa – A imagem chegando até a tela da TV

5. Conclusão

6. Bibliografia

7. Anexos

1. Introdução

O presente trabalho discute a importância das imagens de arquivo na produção jornalística televisiva, levando-se em conta a cultura da memória tão presente nos dias de hoje e o medo do esquecimento frente a tantos fatos novos que surgem a todo o instante.

Com o mundo globalizado com troca de informações em tempo real, torna-se cada vez mais difícil se lembrar de tudo o que ocorreu. Mesmo notícias do dia anterior ou de horas atrás são esquecidas, e informações mais novas entram nas mentes de milhões de pessoas rodeadas de notícias de última hora. Se as memórias não dão conta de lembrar tudo, a sede de guardar o que parece importante traz à tona a necessidade de se produzir arquivos.

E mais do que isso: no caso da produção audiovisual, por trás do simples arquivamento de imagens há as discussões em torno dos critérios a serem utilizados. O que guardar, como guardar, qual o melhor modo de pesquisar as imagens, deve-se privilegiar a seleção qualitativa ou a seleção quantitativa?

E se tratando de imagens televisivas, não há melhor lugar de ser analisado do que o Centro de Documentação da TV Globo, o Cedoc, o maior acervo de imagens da América Latina. Por isso, foi escolhido como objeto de reflexão desta monografia.

A idéia da realização dessa pesquisa surgiu em 2008, quando iniciei um estágio no Cedoc. Embora soubesse que a Rede Globo possuía um arquivo de imagens, me impressionei com a estrutura do local e com o tamanho do seu acervo. Passei por diversos setores dentro do Centro de Documentação, como será explicitado no decorrer dessa monografia, entre eles a Sinopse e o próprio Arquivo de Imagens, onde são feitas as pesquisas de imagens que vão integrar os programas jornalísticos e de entretenimento da TV.

A partir do momento em que comecei a lidar diariamente com o material do arquivo, adquiri um outro olhar frente às notícias e aos programas que passavam na televisão, e comecei a perceber que grande parte deles se utilizam desse tipo de imagem. Algumas notícias recorrem a imagens para exemplificar acontecimentos que passaram, mas outras as utilizam para completar “off”s de repórteres ou ajudar nas edições finais de programas. Isso sem falar em programas inteiros baseados em imagens de arquivo, voltados para fatos históricos ou edições especiais, como o *Globo Repórter* sobre o

cantor Michael Jackson, exibido apenas um dia depois da morte do artista, em junho de 2009. E o mais curioso disso tudo é que essas utilizações passam despercebidas na maioria das vezes aos olhares dos telespectadores.

A partir dessa análise e da percepção da importância das imagens de arquivo na criação jornalística, foquei meus interesses no assunto e em temas relacionados, como a questão da memória e sua relação com o arquivamento de imagens, e iniciei meus estudos no tema.

Essa monografia tem os objetivos de compreender a importância da memória na sociedade atual, saturada de informações e amedrontada com a velocidade do mundo. Entender como a existência de um arquivo que carregue informações passadas alivia o medo do esquecimento das pessoas e dos meios de comunicação, e como a mídia trabalha incluindo cada vez mais notícias como fatos históricos, lutando para que não sejam esquecidos. Soma-se a isso o objetivo de mostrar a importância das imagens de arquivo na produção jornalística brasileira e, mais especificamente, nos programas da Rede Globo. E, por fim, demonstrar como é o trabalho em um arquivo de imagens televisivas como o Cedoc.

No capítulo 2 desta monografia, pretendo apresentar o conceito de memória. Para isso, vou recorrer a diversos autores, entre eles Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Jacques Le Goff. Vou falar sobre as noções de memória individual, memória coletiva, memória subterrânea, enquadramento de memória etc. A partir desses conceitos, vou demonstrar a relação que a memória possui com a história, e a noção de fato histórico.

O capítulo 3 vai tratar com mais ênfase a memória no jornalismo e, especificamente, no telejornalismo. Através de textos de autores como Marialva Barbosa, Ana Paula Goulart, Barbie Zelizer e Andreas Huyssen, pretendo mostrar a importância do jornalismo e seu papel na criação de uma parte da história, através da criação de imagens de arquivo. Vou demonstrar que a globalização e a rapidez de informações no mundo têm feito com que sejam criadas mais informações do que qualquer um pode absorver, e que a saída para isso é tentar guardar de alguma forma essas informações. Assim, deixarei clara a importância das imagens de arquivo e como elas são utilizadas para guardarem a memória do que fatalmente será esquecido.

Ainda no capítulo 3, vou exemplificar casos em que imagens de arquivo são utilizadas em programas jornalísticos ou situações em que notícias aparentemente

comuns são alçadas a fatos históricos, com o objetivo de serem imortalizadas e lembradas sempre.

O capítulo 4 vai tratar especificamente do Centro de Documentação da TV Globo. Nesse capítulo, vou apresentar o que é o Cedoc, quais as etapas no processo de arquivamento de imagem e que critérios são utilizados para decidir a importância e permanência de uma imagem no acervo.

O presente trabalho será produzido em grande parte através da leitura de obras de autores reconhecidos no tema já citados anteriormente, além de uma análise minuciosa do trabalho do Cedoc da Rede Globo. Serão usados relatos de pesquisadores e funcionários do Cedoc, e exemplos de matérias de telejornais da Rede Globo que utilizam imagens de arquivo em sua programação.

2. As tramas da memória

A partir do século XIX, o conceito de memória passou a ser estudado por inúmeras áreas do conhecimento e por vários estudiosos. Mas desde a antiguidade, pensadores analisavam a idéia do que era memória e tentavam entender seu papel no mundo. Ela foi considerada, por muito tempo, como algo sublime, que elevava os mortais ao mundo das divindades. Isso pode ser visto pela idéia que remonta desde a Grécia Antiga, onde a mitologia tinha a tarefa de explicar o papel da memória no mundo.

Para os gregos, como explica Le Goff (LE GOFF, 1996, p. 438), a memória era uma deusa, chamada de *Mnemosine*. Ela era a mãe das nove musas procriadas no curso de nove noites passadas com Zeus. Segundo a poesia lírica, *Mnemosine* lembrava aos homens a recordação dos heróis e dos seus grandes feitos. E assim, “o poeta é um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada nos ‘tempos antigos’, da idade heróica e, por isso, da idade das origens” (LE GOFF, 1996, p. 438). Como se pode ver, na mitologia grega, as musas, filhas da memória, dominavam a ciência universal com seu poder sobre os mortais.

“As nove filhas de *Mnemosine* eram: *Clio* (história), *Euterpe* (música), *Talia* (comédia), *Melpômene* (tragédia), *Terpsícore* (dança), *Erato* (elegia), *Polínia* (poesia lírica), *Urânia* (astronomia) e *Calíope* (eloquência). Assim, de acordo com essa construção mítica, a história é filha da memória. Entretanto, os cerca de vinte e cinco séculos de existência da historiografia demonstram uma relação ambígua e tensa entre *Mnemosine* e *Clio*...” (MOREIRA, 2007, p. 2)

Essa relação “ambígua” entre *Mnemosine* e *Clio*, ou entre memória e história, como fala Raimundo Nonato Moreira (MOREIRA, 2007, p. 1), precisa ser compreendida em sua essência. Qual o papel da memória no mundo? Qual o papel da história? Em que ponto elas se confundem, e principalmente, em que ponto se complementam?

Por mais de dois mil anos, a memória era vista apenas como uma capacidade de reter e recordar acontecimentos passados. Segundo Peter Burke, a visão tradicional das

relações entre a história e a memória era mostrada de modo que a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos (BURKE *Apud* MOREIRA, 2007, p. 1). Assim, para Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), a história era a vida da memória. Essa concepção começa a se modificar a partir do fim do século XIX, quando ela passa a ser vista como uma construção social. Novos estudos surgem, assim como novos conceitos. Memória individual, memória coletiva, memória subterrânea, memória institucional. E um dos grandes contribuintes dessa nova forma de ver a Memória foi Maurice Halbwachs, que com sua obra intitulada “La memoire collective” (A memória coletiva), cria, organiza e define o conceito de Memória e de suas múltiplas variáveis.

2.1 Memória individual e memória coletiva

Diversos pensadores se propõem a discutir a memória e seu papel no mundo. Como já falado, Maurice Halbwachs é um deles, mas também não se pode esquecer de Pierre Nora, Michael Pollak, Jacques Le Goff e muitos outros, que com conceitos que por vezes se complementam, por vezes se chocam, nos ajudam a compreender o papel que a memória desempenha hoje no mundo.

A memória, ou memória individual seria, de acordo com o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, “a faculdade de reter as idéias, impressões e conhecimentos adquiridos”. Isso significa que cada pessoa tem uma memória diferente de acordo com suas experiências pessoais, como as relações com namorados ou amigos, ou sobre assuntos de cunho geral, como os de ordem política e cultural. Mas mesmo esses temas presentes na memória individual não foram completamente criados por essa pessoa. Mesmo que indiretamente, eles são influenciados a todo o tempo por fatores externos, como informações que a pessoa viu na televisão sobre a política, ou histórias de família, contada por gerações. Essa memória externa, mutável e predominante, que se pode ver através dos conceitos e fatos existentes na sociedade, são o que Maurice Halbwachs chama de memória coletiva.

Quando se fala que o conceito de memória coletiva criado por Halbwachs é mutável e flexível, o primeiro pensamento que surge para muitos é que isso está errado, já que o que se modifica é o presente, e o passado não tem como ser alterado. Mas o que se está em jogo ao se falar de uma memória coletiva não é a modificação do factual do passado, do que realmente ocorreu e que poucas pessoas presenciaram, e sim da

memória que é criada em torno do acontecimento. E sobre a mutabilidade e complexidade desse conceito de Halbwachs, nos esclarecem Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasiliense em seu artigo “Memória e Narrativa Jornalística”, ao mostrarem que a Memória Coletiva “é um instrumento de reconfiguração do passado, um trabalho de enquadramento do que aconteceu a partir das demandas do presente” (RIBEIRO & BRASILIENSE, 2007, p. 220)

Quando se fala em Halbwachs, é importante salientar que uma importante questão de sua obra gira em torno da afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, já que qualquer lembrança que uma pessoa tenha é constituída necessariamente dentro de um grupo. Quaisquer sentimentos, idéias, reflexões, pensamentos que uma pessoa venha a sentir ou pensar são inspirados pelo grupo, ou pela “comunidade afetiva”, como fala o próprio Halbwachs. Assim, para ele, toda memória é coletiva, ainda que em sua forma individual. Uma memória individual é consequência de uma memória coletiva, e, ao mesmo tempo, é formadora da memória coletiva que existe no mundo e que se renova todo o tempo.

De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros ambientes (HALBWACHS, 2008, p. 69)

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que o termo “memória coletiva” nesse caso não diz respeito a todo o mundo de forma unificada ou a várias sociedades distintas, visto que grupos sociais diferentes tem diferentes demandas, objetivos, e consequentemente modos de pensar distintos. Um exemplo é a escolha da sede das Olimpíadas de 2016. O Brasil, assim como a Espanha, Japão e Estados Unidos disputaram a vaga. Antes do anúncio da cidade-sede, estiveram na cabeça de milhares de brasileiros, espanhóis, japoneses e norte-americanos o nervosismo e mesmo a curiosidade de saber se seu país seria a sede do jogos olímpicos.

Esse fato, e posteriormente o acontecimento das Olimpíadas no Brasil (mas seria a mesma reação em qualquer país que tivesse sido escolhido), criará uma memória em todas as pessoas envolvidas e nas populações desses países. Outros países que não disputavam a vaga, mas que apoiavam certa candidatura, ou países que participam das Olimpíadas e tem interesse no assunto, também vão se lembrar da disputa. Mas talvez a

grande parte das pessoas que more no Butão, país com poucos competidores e pouca tradição em Olimpíadas, não saiba do que se trata ou simplesmente não guarde na memória a escolha da sede, simplesmente porque não é importante para eles. Isso porque, se no Butão vai ocorrer um campeonato de futebol na lama, por exemplo, e o futebol na lama é um esporte tradicional no país, provavelmente as pessoas criarão uma memória com relação a isso e conseqüentemente (ou seria a causa?) existirá uma memória coletiva dos moradores do Butão referente ao assunto. É importante salientar que não existe apenas uma memória coletiva, são várias. Portanto, ao dar um exemplo como o anterior no Butão, é importante não esquecer que o exemplo diz respeito à apenas uma das memórias coletivas presentes.

Um caso um pouco diferente seria de um grupo de brasileiros que, ao invés de se interessarem pela vinda dos Jogos Olímpicos para o Rio, como a grande parte da população, é contra, porque acreditam que os Jogos Pan-Americanos tiveram um resultado negativo trazendo caos no trânsito e aumento da violência, e não querem que um evento de grande porte se repita.

Esse grupo, que tem ao redor de si, em toda a sociedade, o sentimento e a memória vibrante dos Jogos Olímpicos, mas que não os apóia baseado em afirmações que não são unânimes pela sociedade (que pensa o oposto), tem o que Michael Pollak chama de “memória subterrânea”, uma memória coletiva dos excluídos e marginalizados, que se opõe à memória coletiva hegemônica, predominante. Mas, se daqui há alguns meses ou até nos próximos dias, algum renomado centro de pesquisas divulgar uma pesquisa mostrando os graves problemas com relação a violência que os Jogos Pan-Americanos trouxeram para o Rio de Janeiro, a situação pode se modificar. Nesse caso, uma nova discussão poderia se iniciar sobre o tema, a memória subterrânea desse grupo contra Olimpíadas poderia aflorar, abrindo espaço para a memória coletiva sobre o assunto ser reorganizada e reconstruída. Essas modificações acabam por demonstrar mais uma vez o conceito dito por Halbwachs sobre a flexibilidade e mutabilidade das memórias.

O conflito entre memórias, a memória coletiva e a memória subterrânea, povoam a obra de Michael Pollak, assim como os diferentes modos de viver e conviver com elas. A convivência pode se dar de diferentes formas, seja através da luta pela predominância de suas memórias na sociedade, ou até do esquecimento e do silêncio,

palavras presentes no título da obra de Pollak, “Memória, Esquecimento, Silêncio”, estudada para essa monografia.

Pollak distingue dois tipos de acontecimentos: os vividos pela coletividade e os vividos pessoalmente. Como ressaltam Ana Paula Goulart Ribeiro e Daniele Brasiliense, “esse segundo tipo de memória não remete necessariamente a fatos presenciados diretamente pelos sujeitos, apesar de fazerem igualmente parte das suas experiências” (RIBEIRO & BRASILIANSE, 2007, p. 221).

Isso porque muitas vezes não presenciamos certo acontecimento “ao vivo”, mas conseguimos acompanhá-lo e nos sentimos ligados a ele seja pela televisão ou pelos demais meios de comunicação, seja através de pessoas que comentam sobre o assunto conosco. Acompanhamos as notícias “por tabela”, mas nos sentimos inseridos dentro do fato como se tivéssemos presenciado tudo com nossos próprios olhos.

Os conflitos e disputas das memórias também ocorrem a todo o tempo, uma vez que diferentes memórias lutam por seu “lugar ao sol” na cabeça das pessoas.

Memória é sempre conflituosa, porque seletiva, resultado de enquadramentos, esquecimentos e silêncios. As memórias são construções sociais e não objetos naturais, fatos que possam ser tratados fora da linguagem que as formulam e as dinamizam (RIBEIRO & BRASILIANSE, 2007, p. 221)

Alguns bons exemplos dessa luta de memórias são descritas por Pollak, em seu texto *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Em um capítulo intitulado *A memória em disputa*, ele fala sobre lembranças individuais ou de minorias (as chamadas memórias subterrâneas), e cita diversos casos. Um deles é com relação aos crimes Stalinistas, que ficaram por anos acobertados e protegidos com a memória coletiva dominante, que defendia Stalin e o considerava o “pai dos pobres” na União Soviética, mas que vieram à tona. Primeiro com a tentativa de Nikita Krushev quando anunciou os crimes – mas que não surtiu muito efeito – e depois durante a glasnost e perestroika com Gorbachev – quando enfim, houve mudanças. Com a verdade sobre os crimes stalinistas, as memórias subterrâneas presente nas mentes de vítimas do regime puderam aparecer, tornando-se assim parte da memória coletiva dominante e modificando conceitos pré-estabelecidos.

Outro exemplo é o de deportados vítimas do nazismo que se mantiveram calados após sua libertação, apenas repassando a história de suas vidas para seus descendentes,

por dificuldade de se adaptarem novamente à vida cotidiana e à memória coletiva que estava ao redor deles, e que contrastava muito com suas experiências pessoais. Essa memória subterrânea estava ligada ao silêncio, e quem sabe, à tentativa de esquecimento por parte dos deportados, mas caso algum deles resolvesse falar sobre o assunto com a sociedade, não se tem garantias de que haveria alguma mudança na memória coletiva, ou se ele apenas se destacaria do resto dos deportados por ter uma memória subterrânea e ser o único a tentar trazê-la à tona. Porque da mesma forma em que o detentor da memória precisa estar aberto a falar de suas experiências, a sociedade precisa estar aberta a ouvi-lo e a se modificar.

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8)

Como se pode perceber, “o exercício da memória” age por si só nas sociedades, independente de estudiosos desenvolverem teorias sobre ela, ou livros serem publicados sobre o assunto. Isso porque ela faz parte dos costumes e principalmente da condição humana. Mas o fato da memória ser “independente” não significa que ela não possa ser ligada e estudada junto com outras áreas do saber, que se utilizam dela e a complementam, como a História.

2.2 O papel da história X o exercício da memória: o fato histórico

Para compreender como a história e a memória convivem e se complementam, e principalmente como surge o conceito de fato histórico, é preciso entender suas definições e seus diferentes papéis no mundo. Se a memória já teve seu papel explicitado no início dessa monografia, o mesmo não ocorreu com a História.

Conceito criado pelos gregos, a “história” significava “testemunho”. Com significado e objetivos diferentes dos que existem hoje, ela estava muito ligada à mitologia, e produzia relatos irrealistas e lendas para explicar os acontecimentos da época. Segundo Flávia Florentino Marcondes dos Reis (REIS, 2007, p. 12), essa visão só veio a se modificar no século V a.C., através de Heródoto. Utilizando o termo “história” para

designar a busca do conhecimento e a pesquisa como um saber, Heródoto faz com que a história valorize mais a ação humana que a divina e se conscientize de seu próprio destino.

Essa busca pela verdade e a conscientização de seu poder como ciência que procura interpretar os fatos e processos, fizeram da História hoje um campo de estudo mais científico e organizado, onde não há espaço para ausência de método.

Mais do que a ciência que estuda os fatos do passado ou a ciência que estuda os fatos históricos, a História deve ser definida como a ciência que estuda o processo de transformação da realidade social. A partir da idéia de mudança, a História pode mostrar as diferenças entre o que foi e o que é, simbolizando os limites e demarcando as fronteiras entre o passado e o presente (RIBEIRO, 1995, p. 20)

A história estuda, portanto, os fatos relevantes que aconteceram na humanidade em diversos campos e os divide em tempos cronologicamente organizados de forma a facilitar o estudo e a compreensão dos acontecimentos e de sua relação de causa e consequência. Mas como um evento que ocorre se torna fato histórico? E qual o papel da memória na contribuição desse novo fato?

De acordo com Maurice Halbwachs, os termos “história” e “memória coletiva” não se confundem, mas se opõem. Segundo ele, a História faz a compilação dos fatos que foram mais importantes de acordo com a memória dos homens, que no caso, é a memória oficial, coletiva. Mas esses fatos históricos, que são lidos e ensinados pelos livros e pelos próprios homens, só são escolhidos e classificados um tempo depois de ocorrido.

Isso porque, se existem lembranças e pessoas que conheçam o fato, não se torna necessária a “criação” dessa história ainda, já que essa memória do ocorrido pode estar em constante mudança. Mas se as testemunhas que tem certo fato guardado na memória desaparecem e não houver mais a memória para servir de casulo para o ocorrido, então o único meio de preservar a narrativa é colocar por escrito, pois, como diz Halbwachs, “os escritos permanecem, enquanto as palavras e o pensamento morrem.” (Halbwachs, 2008, p. 101) Ao passo em que a memória não se preocupa em imortalizar acontecimentos, a história tem como maior receio o esquecimento.

Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, individuo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados? (HALBWACHS, 2008, p. 101)

Com essa frase de Halbwachs, pode-se começar a pensar nas distinções entre a história e memória, a começar pelo fato de que quando ocorre uma interrupção no tempo e a memória já não pode ser a guardiã dos acontecimentos, a história toma seu lugar como protetora dos fatos, mas deixa um precipício. Esse precipício é exatamente a prova de que não há uma continuidade, e que o arquivamento dos fatos começara a ocorrer de outro modo, que não o da memória. Um modo que coloca o fato em um setor dentro do passado distante, e não mais em um passado tão próximo que poderia ser resgatado apenas pelos pensamentos.

Mas as diferenças são incontáveis, e não param por aí. De acordo com Maurice Halbwachs, que trata do assunto com um ponto de vista tradicional da história, a memória é contínua, é maleável e possível de mutações e adaptações, ao passo que a história é o registro de algo que ocorreu e que já passou. A memória não se detém em um passado longínquo, mas apenas no que está próximo o suficiente para que esteja ainda em pensamentos, e não no papel. Se ela se esquece de fatos ou personagens, isso ocorre porque os guardiões dessa memória desapareceram e não necessariamente porque houve uma seleção dos fatos mais importantes para o mundo. Já a história esquematiza períodos de tempo e os trata como se fossem um todo, porque assim sua organização e capacidade de detalhamento dos fatos são facilitadas. Ela seleciona fatos e testemunhos, deixando de lado as memórias subterrâneas e recorrendo quase sempre às memórias oficiais. A memória se detém no sentimento do grupo e da visão geral do que ela guarda. A história se detém em cada detalhe e faz de cada parte um todo. A memória coletiva na verdade são várias. São memórias de diferentes grupos e nações, que em alguns pontos podem se unificar, mas que tem pensamentos distintos. A história tem divisões por assuntos e datas, mas é apenas uma.

É necessário, entretanto, atentar para o fato de que a distinção entre história e memória é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Mesmo que pareçam muito distantes, os limites entre uma e outra nem sempre são claros. A memória

contribui para a criação da história, e a história, por sua vez, contribui para a criação de diversas memórias.

História não se confunde com memória. A primeira revela um saber, enquanto a segunda refere-se à identidade, a permanência ou a recorrência dos mitos fundadores. (...) Memória é conceito, fenômeno social, enquanto a história é uma disciplina, que pressupõe a utilização de teorias, métodos, conceitos e principalmente, maneiras de interpretar. (BARBOSA, 2007, p. 46)

No mesmo sentido do que foi dito por Marialva Barbosa, Halbwachs afirma que “A História é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens” (HALBWACHS, 2008, p. 100). E com a diferenciação feita entre História e Memória é então possível compreender como um simples fato é alçado à categoria de “fato histórico”.

O primeiro ponto que caracteriza um fato histórico e o diferencia de tudo o que mais pode ocorrer no mundo, é que ele não é suscetível a repetições, ele é único. Essa sua característica se dá devido a diferentes fatores responsáveis por criar as condições para que ele ocorra. Se ele se refere a um fato político, a situação política na época, os políticos, talvez a mídia, a sociedade e a pressão exercida sobre os políticos por todos esses setores da sociedade podem ter sido os responsáveis por darem condições para o tal fato histórico ser criado. Se foi um tsunami que assolou um país da Ásia, as características climáticas e até o descuido dos humanos com o meio ambiente pode ser considerado ponto de partida para aquele fato único existir. Mas o fato não é incluído automaticamente na hora em que ocorreu nos arquivos da história. Ele está em estado bruto e precisa ser avaliado, lapidado e organizado antes de crianças da próxima geração estudarem e lerem sobre ele na escola.

Esse processo de transformação do “fato bruto” em “fato histórico” ocorre em várias etapas. A primeira, já citada nessa monografia, é saber a importância do fato e se é pertinente que ele entre para história. Uma alta do dólar provavelmente não é importante, mas uma alta tão radical que provoque uma crise sem precedentes no Brasil provavelmente terá seu lugar na história, pois serve tanto de alerta para próximas crises que venham a ocorrer, quanto como dado comparativo para os próximos patamares que

o dólar venha chegar nos próximos anos. A segunda etapa de transformação do fato é a escolha do enquadramento que será feito dele.

O “enquadramento de memória”, expressão criada por Henry Rousso e utilizada por Michael Pollak, consiste na atribuição de determinado foco para a memória coletiva e consequentemente para a história, que se apodera de certo fato devido a sua importância para a sociedade. O enquadramento é importante na medida em que organiza os discursos de certo grupo de forma que sejam coerentes, disponibilizando referências para os integrantes do grupo e de certa forma delimitando as memórias que os integrantes desse grupo possam vir a ter sobre ele. Ele atua, por exemplo, quando um jornalista decide fazer uma pesquisa e entrevistas com pessoas ligadas a certo partido político. Os responsáveis desse partido pelo enquadramento dado a instituição, ou seja, pela visão que querem passar do local que defendem, acabam por decidir quem será o entrevistado e quem pode ou não falar, já que com tantos integrantes, se um deles falar algo que não se encaixe na visão passada pelo partido, surgirá uma noção de incoerência e inverdade sobre as idéias do partido. Isso é bem explicado por Michael Pollak:

Na memória, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos. Toda organização política veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p.10)

Esse poder de enquadramento, no entanto, precisa ser limitado, já que, de acordo com Pollak, recusar essa delimitação e agir arbitrariamente “significa admitir o reino da injustiça e da violência” (POLLAK, 1989, p. 9).

Após essa pequena explicação sobre enquadramento dos fatos, voltamos-nos ao processo de transformação de um fato em um fato histórico, e como a escolha de um certo ponto de vista e um enquadramento contribuem com sua criação:

Uma guerra acontece no Brasil, e há a visão dos moradores próximos aos “campos de batalha”, do governo e de soldados que foram lutar sem terem direito de

escolha. São pontos de vista diferentes sobre o mesmo fato, e apenas a vaga para uma versão da história. Em quem acreditar?

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que para a construção da história e do fato histórico, são utilizadas muitas vezes as “memórias oficiais”, coletivas, em vez de memórias marginais e subterrâneas. Embora nem sempre isso ocorra, com exemplos como a história oral dando voz a quem não tem voz, não se pode negar que as memórias oficiais possuem invariavelmente maior destaque na construção da história. Isso já contribui para a exclusão de alguns pontos de vista de pessoas que não se encaixam nos padrões mais aceitos. Os soldados, por exemplo, que estão com raiva por terem ido lutar e se posicionam contra o governo e, portanto, contra a “Memória Coletiva” que ele tenta – e consegue – impor, terão seus relatos excluídos, por serem considerados detentores da chamada “memória subterrânea”. Mas se, subitamente, vários soldados se rebelarem, se fizerem ouvir, e anunciarem as péssimas condições de vida em que permaneceram durante a guerra, e as torturas que existiram contra prisioneiros, aí sim sua memória pode vir à tona, haverá uma séria “disputa de memórias” e o fato histórico pode ser criado em cima de seus relatos.

Mas para existir um fato histórico, com recolhimento de relatos e perpetuação das informações para a história e para o mundo, é preciso começar com um acontecimento, que como já foi dito chegará em estado bruto e será lapidado pelo jornalismo. Esse acontecimento pode se tornar, ou melhor, pode vir a ser visto por todos como um fato importante que possivelmente será alçado à categoria de fato histórico. Ou, se não tiver importância, será registrado no momento do ocorrido e logo depois, quando surgir outro fato mais importante, será esquecido.

Esse processo, que é o início da produção da memória histórica e coletiva, começa, portanto, na mídia. Ela, e mais especificamente o jornalismo, são os grandes responsáveis pelo início dessa seleção e organização, e mesmo que por vezes ajam sem perceber a importância de seu papel, acabam tendo um trabalho fundamental na escolha das “memórias históricas”. E devido a essa importância, é sobre essa relação entre mídia e memória que trata o próximo capítulo.

3. Memória, mídia e arquivo

Durante o século XX, e mais precisamente a partir de 1970, vimos o ritmo do mundo aumentar de forma avassaladora. As cidades crescendo, o homem chegando cada vez mais longe nos avanços da ciência e a tecnologia se superando a cada instante, fazendo com que o novo se torne obsoleto num piscar dos olhos espantados de cidadãos do mundo.

Transformação é a palavra chave. E os resultados dessas transformações constantes, as respostas do que está por vir na próxima esquina ou do que possa sair do ultimo teste feito em laboratórios da NASA, ninguém sabe. O que se vê é que esse aumento da velocidade, embora venha recheado de benefícios e novidades, inevitavelmente também traz medo e insegurança.

As pessoas se sentem com medo do futuro distante, medo do futuro próximo, medo de esquecer o passado. As populações aumentam, o emprego falta, a educação publica piora, a segurança de outrora foi trocada pela violência. Tudo isso traz medo. A lembrança de um passado que parece melhor está sempre presente e sendo lembrada e se o medo de esquecer “os tempos melhores” ocorre, é hora de começar a se preocupar em como guardar essas lembranças.

Essa insegurança e fragilidade foi ainda agravada pela virada do milênio, segundo Bruno Leal Pastor de Carvalho (CARVALHO, 2006, p. 65). Isso porque a mudança de milênio traz consigo momentos auto-reflexivos que acabam por demonstrar os problemas que o mundo enfrenta e as aparentes pioras que ocorreram em diversos campos. Uma pesquisa realizada por Georges Duby, e citada por Bruno Carvalho, em que foi feita uma comparação entre as pessoas que viveram a passagem do século XX para o XXI e as pessoas que viveram a transição do milênio anterior, mostra que o sentimento que havia na virada dos dois milênios era basicamente o mesmo. Era uma mistura de medo, insegurança em como resgatar a confiança no futuro e na própria vida, e expectativa (DUBY *Apud* CARVALHO, 2006, p. 65).

Existem muitas “chaves” para resolver essa insegurança e garantir que não nos percamos nesse presente tão rápido e cheio de mudanças. E a principal delas é a memória.

Milhares de pessoas encontram alento nas religiões, novas e antigas. Outras fazem da literatura de auto-

ajuda um fenômeno de vendas. Isso para não falar no crescimento de seitas, no boom de misticismos, na propagação de diferentes formas de ‘comunidades’ e do sucesso de governos assistencialistas. No entanto, existe nas últimas décadas um fenômeno sócio-cultural e político que vem crescendo a cada ano, seduzindo a todos que procuram por alguma forma de proteção: a memória. (CARVALHO, 2006, p. 65)

A partir da década de 1980, os discursos de memória começaram a se tornar cada vez mais constantes, na sociedade e na mídia. Durante as inúmeras guerras e ditaduras de diversos países do mundo, guardar a memória não era interessante já que apenas demonstrava as atrocidades que vinham sendo cometidas ou escondidas com a passagem do tempo.

Isso começou a mudar porque os “responsáveis” pelos acontecimentos nessa época já não estavam vivos ou não tinham o poder de antes e as ditaduras e guerras traumáticas que não permitiam comentários já eram parte do passado. Além disso, a rapidez com que os acontecimentos do mundo ocorrem e a insegurança que ela traz atacam a curiosidade dos que não viveram essa época ou dos que acham importante ter isso guardado como um guia do que pode ocorrer no futuro. Isso tudo abre uma nova janela para ver e reconstruir o mundo que passou e que até então permanecia silencioso.

Assim, de acordo com Andreas Huyssen em seu livro *Seduzidos pela Memória* (HUYSEN, 2004, p. 13), os discursos de memória começaram realmente a se desenvolver em 1980 impulsionados pelo debate sobre o Holocausto. Esse assunto foi tema de séries de TV, além de programas com edições especiais em seus aniversários por diversos anos, e ainda é lembrado hoje. Essa facilidade de voltar ao tema ocorre quando surgem novos acontecimentos que tem alguma ligação com o ocorrido. Desintegração da União Soviética, queda do muro de Berlim, massacres na Bósnia e em Ruanda. Tudo isso atrai novamente para o mundo o tema Holocausto, e o que ocorreu na época. É como um alerta, para o que pode ocorrer quando as pessoas e os países perdem o controle de suas ideologias e ações.

Mas há muitos outros exemplos da propagação da memória no mundo e a importância de se guardar o passado. Os muitos museus criados para guardar a memória do que quer que seja, a restauração de cidades e bairros antigos, os prédios tombados, as modas antigas que voltam, a onda de camisas de times de futebol retrô, as festas “ploc”, que tocam músicas dos anos 70, 80 e 90 e atraem uma legião de fãs saudosos. Isso sem

falar nas novas tecnologias que dão suporte à criação dessas memórias, como as câmeras digitais que permitem que se tirem milhares de fotografias, as câmeras de vídeo portáteis, ou até mesmo os telefones celulares.

a obsessiva automusealização através da câmera de vídeo, a literatura memorialística e confessional, o crescimento dos romances autobiográficos e históricos pos-modernos (...) a difusão das práticas memorialísticas nas artes visuais, geralmente usando a fotografia como suporte, e o aumento do número de documentários na televisão, incluindo, nos Estados Unidos, um canal totalmente voltado para a história: History Channel; (HUYSSSEN, 2004, p. 14)

Essa sede de guardar tudo o que ocorre, de resgatar o que já passou e parecia perdido e, a partir daí, ter mais uma arma para entender e passar pelos obstáculos do futuro, é o que explica esse aumento da criação de memórias. A memória é vista atualmente como uma arma e um conforto para as pessoas. E a revolução mediática contribuiu – e contribui – muito para essa obsessão por ela. As câmeras e os telefones celulares ajudam, os meios de comunicação também, mas principalmente o telejornalismo tem papel fundamental nessa revolução.

Ele não serve apenas para criar a memória, mas para transmiti-la e retransmiti-la sempre que necessário, tornando-se, sem sombra de dúvida, um lugar de memória.

3.1 Telejornalismo como lugar de memória

O telejornalismo está presente hoje de diversas formas e nos mais diferentes horários e canais de televisão na vida das pessoas. Há programas mais sérios, programas mais despojados, programas voltados para a história e até canais que só transmitem programas de jornalismo. São muitas opções. Mas não se pode esquecer que são muitas pessoas de diferentes gostos assistindo, e principalmente, são muitos acontecimentos de diversas áreas ocorrendo a todo instante.

Que acontecimentos terão lugar em quais jornais é decisão da mídia – no caso, os telejornais. Eles têm a capacidade de definir o que será noticiado e como será noticiado, hierarquizando as notícias de acordo com seu grau de importância. Eles escolhem o que ocorreu de mais importante no mundo, e acabam por decidir o que é mais pertinente para a sociedade, quais são as notícias que podem fazer mais diferença e

terão uma repercussão maior. E essa sua atuação é possível devido a sua penetração na sociedade e nas casas de milhares de pessoas. Mas também, e principalmente, ocorre porque eles (os telejornais) têm poder e uma infra-estrutura por trás que os ajuda a montar esse quebra-cabeças diário.

Esse poder é resultado de três características inerentes aos meios de comunicação: autoridade, legitimidade e memória. A infra-estrutura, por outro lado, não está presente em todos os meios de forma adequada, mas é através dela, e mais especificamente da existência de um arquivo, que a memória poderá ser guardada e acessada sempre que necessário. Mas isso será visto mais adiante.

Voltando para a questão do poder inerente aos telejornais, é importante atentar para o fato de que o jornalista é visto como um reproduzidor da realidade, uma pessoa que transmite o que ocorreu sem julgar ou manipular os fatos. A diminuição dos relatos subjetivos, que apresentavam opiniões e adjetivação constante, foi responsável por dar ao jornalismo essa legitimidade. Além disso, soma-se a chegada dos manuais de redação, que vieram para padronizar a escrita jornalística, e com eles o lead.

E mesmo que as notícias não sejam dadas sempre da forma desejada, já que é impossível ser completamente imparcial e objetivo, essa sua ‘fama’ lhe confere legitimidade para falar de qualquer assunto sem ser questionado ou ter sua versão dos fatos coberta de dúvidas. A sociedade acredita na mídia, vê o que os telejornais dizem e transmite para outras pessoas. As pessoas comentam, discutem, vêem o desenrolar dos fatos nos telejornais seguintes. Elas confiam no que o jornalista fala pela televisão, e principalmente – e que diferencia o telejornalismo dos outros tipos de jornalismo – elas confiam nas imagens que vêem. As imagens estão ali para provar o que o jornalista está dizendo, e é um meio muito eficaz de comprovação, já que muitos telespectadores “só acreditam vendo”, como diz o ditado popular.

Mas essa aceitação do jornalismo como divulgador de informações confiável é, de acordo com Barbie Zelizer (ZELIZER, 2002, p. 13), resultado do próprio fortalecimento do discurso jornalístico como uma autoridade cultural. Para ela, a autoridade jornalística é um caso específico de autoridade cultural através da qual os jornalistas determinam o seu direito de apresentar interpretações legítimas acerca do mundo. Essa autoridade jornalística ocorre tendo como sustentação os recursos tecnológicos, narrativos e institucionais que os jornalistas têm a disposição e que

servem de base para a divulgação do que acontece no mundo sem que sejam questionados.

A comunidade jornalística precisa manter coesos os seus discursos e suas memórias para continuar a ter essa autoridade, e ao mesmo tempo tem crédito e autoridade para se auto-intitular a “dona da verdade”.

o modo como os jornalistas se atribuíram o poder de interpretação, as maneiras pelas quais certas interpretações difundiram-se através das empresas noticiosas e o modo como os repórteres marginalizam outros grupos que tinham versões alternativas dos mesmos eventos são revelados pelos seus padrões de repetição da narrativa. Esses padrões sugerem que os jornais funcionam como uma comunidade interpretativa, como um grupo que se auto-credencia através de suas narrativas e suas memórias coletivas. (ZELIZER, 2002, p. 13)

Após entender as duas primeiras razões que fazem o jornalismo, e mais especificamente, o telejornalismo ter poder, é hora de compreender o terceiro motivo: a presença da memória.

Podemos dizer que o telejornalismo é um lugar de memória. E essa expressão, criada por Pierre Nora, se refere à acumulação de testemunhos, documentos e imagens, que servem de referência no mundo de hoje, onde o presente passa tão rápido que quando nos damos conta já estamos no futuro. Esses lugares de memória traduzidos em objetos simbólicos seriam, para Nora, onde se encontrariam história e memória.

A importância da existência desses lugares de memória reside no fato de que eles existem quando já não há mais uma “memória espontânea”, quando o mundo está tão acelerado que cada vez mais eventos acontecem e se tornam pretendentes por um lugar na memória. Para um desses pretendentes ascender à posição de fato histórico e entrar para a história – ou para a memória? – é necessário um simbolismo, um ritual. Um lugar de memória que exista para abrigá-lo. E claro, na prática, um arquivo.

O fenômeno de aceleração reduz o presente a algo cada vez mais volátil e há a sensação de uma espécie de unificação do que se passa no mundo. A consequência imediata seria a perda da própria identidade do homem em nome de uma pretensa igualdade. A sociedade atual, por outro lado, valoriza o futuro, desacralizando-se, e em função disso cria a

ilusão de preservar o passado através da multiplicação desses 'lugares de memória' (BARBOSA, 2007, p. 39)

O telejornalismo, portanto, tem papel fundamental como criador e guardião dessa memória. Atua retirando de suas próprias criações o que não deve ser esquecido, e armazena. E tem como grande trunfo a utilização conjunta de texto e imagens. Enquanto o texto escrito (e falado) confere um caráter legitimador e doutrinador à notícia, mais sério e formal, as imagens, que são tão boas captadoras de lembranças quanto os cheiros, os sons e as cores, se aproximam mais das pessoas e acabam por ter resultado eficaz no que se refere à lembrança do que foi mostrado. (BARBOSA, 2007, p. 42)

Mas como o telejornalismo cria essa memória, como ele lida com ela e como a utiliza para conseguir mais poder? Como decidir entre tantos fatos que ocorrem a todo o tempo o que é importante e o que pode ser esquecido?

Para o jornalismo ser um lugar de memória e conseguir guardar o máximo de fatos possíveis, ele trabalha com uma ferramenta específica: a historicização. Como se sabe, a história era a responsável pelas decisões do que iria “entrar para a história”, e o que iria simplesmente ser apenas mais um fato no mundo. Mas com acontecimentos novos a cada instante e a mídia presente e estruturada, sobra para a história o papel de organizar os fatos, e à mídia o papel de (tentar) emplacar os acontecimentos como eventos da maior importância. A mídia tenta historicizar a todo momento.

A historicização jornalística é um procedimento que aposta na história como uma forma de fortalecer o discurso de memória. Quando faz de um evento do presente, um fato histórico, o discurso jornalístico forja uma memória. Temos, portanto, excesso de memória e de história, pois ambos são tomados como um mesmo ato: lembrar, proteger, eternizar (CARVALHO, 2006, p. 81)

Essa historicização pode ser percebida de diversas maneiras. É só abrir um jornal ou um site, ou até mesmo ouvir o âncora do telejornal falando que aquele piloto de Fórmula 1 fez história ao vencer a corrida, ou o investimento de tal empresa entrou para a história como o maior dos últimos tempos. A adjetivação com “história” é constante, e sem dúvida tem como objetivo incluir tais fatos na memória e impedir que eles sejam esquecidos devido à enxurrada de acontecimentos que confundem e atormentam a sociedade. Mas como se sabe, quanto mais uma palavra é dita, mais banalizada se torna

e com menos valor ela permanece. Assim, a partir do momento em que o jornalismo tenta emplacar diversas matérias como históricas, ele corre o risco de banalizar o termo e provocar um efeito contrário.

Alguns exemplos claros de historicização no telejornalismo e mais especificamente nos telejornais da Rede Globo podem ser vistos nos anexos dessa monografia (Anexos I, II, III e IV). Como não é possível mostrar vídeos, apresento as manchetes e os trechos das matérias tais como foram faladas pelos âncoras ou repórteres e se encontram no site de seus respectivos telejornais. Escolhi matérias da Rede Globo para servirem de exemplo por se tratar de uma empresa que tem grande alcance, representatividade e importância.

“Decisão histórica”, “resolução considerada histórica”, “noite histórica”. As expressões ligadas à história nas matérias presentes nos anexos citados acima não existem por mero acaso, e muito menos por se tratarem de clichês ou estilo do jornalista. Entrando em cada notícia pela tangente sem que as pessoas se dêem conta, elas são responsáveis por fazer de cada um desses acontecimentos um pretendente a fato histórico atribuindo um grau de importância a eles e mostrando que eles são únicos e que merecem ser lembrados.

Mas o que querem com isso? Por que é tão importante fazer dos acontecimentos do presente um evento que ocorreu no passado? A resposta para isso é o medo.

Como já foi dito, com a velocidade de informações nos dias de hoje, é impossível absorver tudo o que ocorre. Se uma pessoa fosse ler todos os jornais que saem por dia em seu país, ou se entrasse em todos os sites de notícias de sua cidade, ou ainda fosse assistir aos telejornais que passam na televisão em um dia, não conseguiria absorver tudo o que vê ou lê. Temos mais informação do que nunca à disposição de todos, e nunca antes o tempo foi tão escasso.

Devido a isso, a ação do jornalismo em tentar historicizar tudo é esclarecida. Ele tenta salvar o presente de todas as formas da enxurrada de fatos que cismam em surgir a cada instante. Ele não quer perder nada, nem deixar passar nem um fato que considere importante e que tenha risco de ser ultrapassado rapidamente. E se as notícias por si só não são capazes de proteger os fatos, a história é o local ideal para guardá-los, já que, para o senso comum, ela é o lugar dos registros formais, verdadeiros e imutáveis.

Essa preocupação em fazer dos fatos presentes um fato histórico acaba por ser paradoxal, segundo Bruno Leal de Carvalho (CARVALHO, 2006, p. 79). No mundo de

hoje, a memória é valorizada quando se trata de registrar fatos presentes, com medo de perdê-los, mas o próprio mundo se dita com um ritmo de presentismo que não foi feito para parar no passado, e sim para viver o presente, o “aqui e agora”.

O modo do jornalismo mostrar as suas matérias, inserindo adjetivos referentes à “história”, é também um catalisador para as pessoas, que quando são indagadas sobre certo assunto e não se lembram, se preocupam ainda mais por estarem perdendo o passado. Se um fato que ocorreu há semanas atrás e foi divulgado como “histórico” não está mais tão forte nas mentes das pessoas, o fato dele ser histórico é um ponto que acalma, pois se sabe que ele estará guardado, mas também é um ponto que enche as pessoas de angústia. Isso porque quando isso ocorre, elas percebem que não conseguem dar conta de tudo e nem ao menos se lembram dos fatos mais importantes que ocorrem no mundo ao seu redor, não se lembram nem dos fatos “históricos”. O que elas se esquecem é que a quantidade de fatos ditos históricos hoje e divulgados pelo jornalismo é tão grande que se torna difícil para qualquer pessoa se lembrar de todos eles.

Para onde quer que se olhe, a obsessão contemporânea pela memória nos debates públicos se choca com um intenso pânico público frente ao esquecimento, e poder-se-ia perfeitamente perguntar qual dos dois vem em primeiro lugar. É o medo do esquecimento que dispara o desejo de lembrar ou é, talvez, o contrário? É possível que o excesso de memória nessa cultura saturada de mídia crie uma tal sobrecarga que o próprio sistema de memórias fique em perigo constante de implosão, disparando, portanto, o medo do esquecimento? (HUYSEN, 2004, p. 19)

Mas ao falar dessa obsessão pela memória e do medo de esquecimento surge uma dúvida. O mundo tem um excesso de história ou de memória?

Acredito que por a história ser um registro mais formal, o jornalismo aposta nela para guardar as suas memórias, ou melhor, as memórias do que ocorreu na sociedade e que foram criadas por ele. A história é mais confiável, mais segura e menos passível de ser destruída ou esquecida e, por isso, o jornalismo luta para que suas históricas memórias, pretendentes a um lugar ao sol em um livro de história, consigam entrar para esse tão seletivo hall de eventos.

Algumas editorias utilizam com mais assiduidade esses recursos de historicização. A principal delas é o esporte (Anexos V, VI, VII e VIII). Com competições acirradas e quebras de recordes constantes, entrar para a história a cada

semana passou a ser corriqueiro para essa área. Em uma semana determinado nadador consegue diminuir o tempo de uma prova de 100 metros rasos. É um recorde, ele entra para a história como o mais rápido nadador nessa categoria. Mas com treinos fortes e uma tecnologia cada vez mais avançada, com novas roupas de natação e piscinas com a temperatura adequada, rapidamente esse recorde será quebrado. E o próximo nadador, sem sombra de dúvida, também entrará para a história como o mais rápido, mesmo que venha a perder esse posto dias depois.

Um outro objetivo da historicização de acontecimentos mostrados pelo jornalismo é a busca de referências no mundo de hoje. O excesso de acontecimentos faz, como já foi dito, com que as pessoas se sintam perdidas e angustiadas. Elas não conseguem se lembrar de tudo o que ocorreu na semana anterior, e mais do que angústia, tal fato pode trazer frustração. Por isso, o jornalismo acaba por museologizar os fatos do mundo, e mais do que isso, monumentalizá-los, para que venham a ser permanentes, embora, no fundo, nada seja tão intocável assim. (CARVALHO, 2006, p. 85)

Vale lembrar que a historicização do século XX e XXI se distingue bastante do historicismo positivista do século XIX. Naquele século, a história valorizava temas restritos, como batalhas, heróis e outros elementos do políticos. Positivistas famosos como o alemão Leopold Ranke entendiam o passado como uma entidade morta e o monumentalizavam para que fosse um local de adoração. Já o movimento de historicização de hoje monumentaliza o presente para impedir que ele se transforme em ruínas, para atribuir sentido a um bombardeamento de acontecimentos que desorienta e atordoa os sentidos. (CARVALHO, 2006, p. 80)

Um bom exemplo de historicização, citado por William Bonner em seu recente livro *Jornal Nacional – Modo de Fazer*, diz respeito à vitória de Barack Obama nas eleições para presidente dos Estados Unidos. Segundo o próprio Bonner lembra (BONNER, 2009, p. 99), a abertura do *Jornal Nacional* do dia 5 de novembro de 2008 ocorreu com Fátima Bernardes no estúdio do jornal falando o seguinte texto, seguido por ele próprio, que estava nos Estados Unidos cobrindo a eleição:

- Fátima Bernardes: “Boa noite. Existem dias em que o Jornalismo registra fatos que, no futuro, serão contados nos livros – e serão guardados por gerações. Nesses dias, o que o

Jornalismo faz é escrever a história. É um capítulo da História que o Jornal Nacional começa a contar, a partir de agora, ao vivo, de Washington, com William Bonner.”

- William Bonner: “Boa noite, Fátima, boa noite a todos. A história que vamos registrar hoje afeta os cidadãos da maior potência do mundo. Mas não só eles. Quem nasceu ou não nos Estados Unidos, quem vive ou não aqui, nós todos somos testemunhas do início desse capítulo histórico representado pela escolha de Barack Hussein Obama para a presidência americana.”

Esse exemplo de historicização, mais do que todos os outros citados aqui, demonstra a consciência do telejornalismo – e mais especificamente do *Jornal Nacional* – em ser o responsável por criar fatos históricos e contribuir ativamente para a construção da história no mundo. O telejornalista, nesse caso, sabe a importância que esse fato teve e, antes de qualquer análise feita por historiadores ou estudiosos no assunto, se lança como o primeiro a anunciar a eleição – e com ela a sua importância – para os curiosos e ávidos por história que o assistem.

Sem dúvida o jornalismo detém material que deve ser utilizado pela história e que o transforma em um lugar de memória, mas o que se está em discussão é o momento em que esse material é rotulado e utilizado. Matérias sobre a crise de 1929 nos Estados Unidos, com a quebra da bolsa e todas as consequências que isso trouxe, foram escritas pensando nas informações que seriam dadas para as pessoas naquele momento, e não pensando na sua utilização anos depois, como forma de compreender a época que passou.

Mas esse pensamento de produzir a notícia pensando na sua importância no agora pelo visto já não existe da mesma forma, já que o jornalismo tomou para si a tarefa de definir – no calor dos acontecimentos – se aquilo é importante o bastante para entrar para a história.

Os meios de comunicação, neste século, passaram a ocupar uma posição institucional que lhe confere o direito de produzir enunciados em relação à realidade social aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de elevar os acontecimentos à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia

é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância. (RIBEIRO, 1995, p. 24)

Como atenta Ana Paula Goulart Ribeiro, o jornalismo passa de transmissor de fatos da sociedade à “testemunha ocular da história”. E mais do que isso, torna-se o detentor da capacidade de definir um fato como histórico. E se essa atitude que ele toma já é vista de forma natural pelas pessoas, que lêem e absorvem as notícias sem qualquer questionamento. Isso não pode passar despercebido pelos estudiosos da área, que precisam compreender esse novo papel do jornalismo. Um lugar de memória, de história, que é construído passo a passo, seja pelas notícias dadas com adjetivos “históricos”, já adiantando o futuro, como já visto, seja pela presentificação feita e pela montagem de arquivos preparados para abastecer e contribuir com essa nova atuação do jornalismo, como veremos no tópico seguinte.

3.2 Imagens de arquivo como ferramenta de compreensão da história

Como já foi visto anteriormente, o jornalismo atua de modo a criar a partir de acontecimentos do presente fatos que serão parte do passado, elevando-os à categoria de históricos. Mas o jornalismo também atua de forma contrária, se utilizando de fatos do passado, que já estão nesse hall de fatos históricos – talvez até incluídos nesse hall por eles mesmos - para explicar o presente. Como isso acontece? Como uma notícia do passado contribui para o que ocorre hoje? Como esse passado é organizado de forma a estar pronto a ser utilizado sempre que preciso? Qual o papel do arquivo nesse processo?

Quando um motorista alcoolizado bate em outro veículo e provoca uma morte, provavelmente aparecerá na televisão como um fato que desperta revolta e indignação. Mas também será mostrado que esse não é o primeiro acidente causado por motoristas alcoolizados, e que já houve muitas vítimas desse tipo de acidente. Mostrará se houve vítimas, como foi o desenrolar da situação, se o motorista alcoolizado ficou impune, quantos casos parecidos ocorreram nos últimos tempos, os métodos que já foram utilizados para diminuir a incidência desse tipo de acidente, etc.

Uma notícia como essa, que traz com ela outros exemplos passados e parecidos faz o que chamamos de presentificação. Ela traz até o presente notícias que ocorreram no passado, fazendo com que os telespectadores possam lembrar o que ocorreu e

traçar um paralelo com a situação atual. Essa presentificação é utilizada de forma a contribuir para o entendimento do caso e a análise do que fazer, comparando o que foi feito nas situações anteriores. Também serve para atentar o espectador das conseqüências de certos atos, e, em casos extremos, relembrar casos que ocorreram que foram muito chocantes para a humanidade, e que não devem de forma alguma ocorrer novamente. Eles funcionam como um alerta constante feito pela mídia, mesmo que nem sempre surtam efeito da forma que deveriam. Os alertas podem estar presentes, mas para serem utilizados precisam ser ouvidos, e ouvir cada um deles cabe a cada pessoa decidir.

Exemplos dessas notícias chocantes que muitas vezes são utilizadas em presentificações não faltam: notícias que resgatam o holocausto, a escravidão, a segunda guerra mundial, o muro de Berlim.

Mas além das notícias que são transmitidas diariamente na televisão em diversos telejornais, ainda há os programas e as edições especiais, voltados para esses temas do passado. Basta observar alguns programas do canal fechado Globonews, da Rede Globo, como o *Arquivo N*. O nome do programa, por si só, já diz do que ele se trata e a que ele se propõe. Resgatando fatos históricos e misturando relatos antigos, imagens, fotos e relatos recentes com análises do que ocorreu no passado, ele não faz nada mais do que uma presentificação. Apresenta o que ocorreu no passado e invariavelmente, produz algum elo com o presente.

Outros programas e canais também têm esse objetivo, sem contar com edições especiais incluídas na programação, como o *Especial de 40 anos da chegada do homem à Lua*, que foi transmitido na Globonews em 2009.

Mas a ação de resgatar a memória no telejornalismo também pode se dar de outras maneiras que não a da notícia transmitida pela televisão. Em 1999, a Rede Globo criou o Memória Globo, um projeto que tem como objetivo resgatar e guardar a memória de diversas áreas da Rede Globo e os principais fatos da Humanidade e da própria rede de televisão. Como atentam Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Barbosa em seu artigo intitulado *Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional*, o projeto Memória foi criado devido à vontade dos então vice-presidentes das Organizações Globo Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, de resgatar a história das principais empresas que compõem as Organizações Globo, além de recuperar a trajetória dos seus fundadores, Irineu Marinho e Roberto

Marinho (RIBEIRO & BARBOSA, 2007, p. 109). Dez anos depois de sua criação, o Memória Globo serve de abrigo para muitas informações institucionais que contribuem para contar a história da Rede Globo, além de servir como fonte de pesquisa para estudantes e interessados no assunto que acessam o site do projeto.

Alem de verbetes em seu site, que remetem a acontecimentos históricos, o Memória Globo possui vídeos e mais de 600 entrevistas e 1800 horas de gravação, e atua na produção de livros sobre a Rede Globo. Alguns deles são o *Dicionário da TV Globo*, lançado em 2003, o livro *Jornal Nacional*, em 2004, que comemorava os 35 anos do telejornal, o *Almanaque da TV Globo*, lançado em 2006 e responsável por retratar histórias de personagens conhecidos, bastidores e curiosidades da TV Globo, e mais recentemente o livro *Jornal Nacional – Modo de Fazer*, escrito por William Bonner e lançado em comemoração dos 40 anos do *Jornal Nacional*.

Essa sede de guardar a própria memória ocorreu com a Rede Globo, mas tem sido cada vez mais constante. Diversas empresas de diferentes áreas, como alimentícias e eletrônicas, vem tentando resgatar sua memória e organizar sua história.

essas empresas buscam, através da sistematização de uma história e de uma memória, construir uma identidade institucional, produzindo a partir desse movimento a sua própria legitimação. Essa questão parece ainda mais relevante se levarmos em conta (...) a função social da memória na contemporaneidade, frente ao que alguns autores chamam de crise das identidades. As empresas procuram, no passado, elementos que possam servir como referência comum para manter a coesão interna. Com isso, formam-se quadros de representação simbólica que funcionam como bases de identificação e de coerência no tempo para seus executivos e funcionários. Mas o passado também fornece referências externas, que permitem as empresas se autoreferenciarem e construírem uma imagem de si mesmas, procurando através dela se legitimarem. (RIBEIRO & BARBOSA, 2007, p. 107)

Mas para que toda essa memória, tanto a que se refere às instituições, quanto as que são úteis para diversos outros campos da sociedade, seja armazenada e possa ter as muitas utilidades vistas nessa monografia, é preciso entender que esse processo só existe devido a existência de um arquivo. Um arquivo funciona como um “lugar de memória”, e para isso precisa estar estruturado para receber as informações específicas e repassá-las para os usuários de forma rápida e simples.

De acordo com Vera Lucia Doyle Dodebey (DODEBEY, 1997, p. 140), os arquivos, assim como as bibliotecas e os museus, existiram entre diversos povos desde o surgimento da escrita. Entre eles se incluem hititas, assírios, medas, persas, babilônios, e egípcios, isso sem falar nos gregos e romanos. Entre os romanos, especificamente, tem-se registros de arquivos desde o século V a.C., quando Valerius Publicola organizou um arquivo no templo de saturno, onde foram guardados leis, decretos nacionais e registros financeiros.

Durante o império romano foi criado o *Tabularium Caesaris*, ou o arquivo do imperador, onde foram guardados não só os documentos da casa imperial como outros registros oficiais. Além deste, vários arquivos foram criados por todo o império e nestes encontrava-se toda sorte de registro relativos às pessoas em geral: nascimentos, adoções, registros de propriedade etc. No final da república, os arquivos se encontravam desorganizados e desprotegidos, passando a ser prioridade dos imperadores a sua restauração. Temos como exemplo a elaboração do código justiniano, o qual descrevia as tarefas dos arquivistas e a metodologia de arranjo dos registros, na sua maioria disposta por ordem cronológica e codificada por números. Os arquivos passam, assim, a ser consultados por pesquisadores, garantindo a sua utilidade pública. (DODEBEY, 1997, p. 141)

É claro que os métodos de arquivamento e suas utilizações possuem muitas diferenças em relação às que estão presentes nos dias de hoje. E os próprios arquivos, com o passar do tempo, também se modificam, uns surgem e outros são desfeitos, como é o caso do império romano, onde após sua desintegração os seus registros e objetos passaram para as mãos de diversas entidades e pessoas. Grupos que passaram a ter nas mãos um pedaço da história, que além de satisfazerem seus próprios interesses pelo passado, possuíam status e poder. Assim sendo, é indiscutível que um arquivo entendido como um lugar de memória é, sem sombra de dúvida, uma forma de poder para quem o detém.

Mas uma noção essencial do arquivo é sua acessibilidade. Um arquivo não tem porque existir se for apenas para guardar o passado. Seria como um museu que nunca é aberto, ou livros de história que não podem ser estudados. Se antes os arquivos eram feitos com o objetivo de ter documentos que servissem como provas administrativas ou políticas, hoje eles são muito mais que isso. Precisam estar preparados para atender e

guardar diversos assuntos, e para decidir entre a seleção qualitativa e quantitativa de documentos. É fato que atualmente é impossível guardar tudo o que existe no mundo, nos faltaria tempo para selecionar tudo o que é transmitido e rever o material existente quando preciso, e por isso os critérios de seleção tornam-se tão difíceis.

Os arquivos são hoje, além de lugares de memória, contribuintes para a construção da identidade de um povo. Eles selecionam, guardam e disponibilizam partes do passado, ajudando as pessoas a entenderem o presente, e consequentemente a produzirem o futuro. Futuro que talvez esteja nos arquivos, já como parte do passado e da memória coletiva de um grupo ou uma nação.

4. Pesquisa e documentação de imagens – Cedoc TV Globo

Após discorrer sobre a importância da imagem de arquivo na construção da memória e o papel do jornalismo nessa tarefa, é necessário analisar esse conceito em sua aplicabilidade. Existem inúmeros meios de perceber a criação de imagens de arquivo, no entanto, devido à inviabilidade de tempo, limitamos-nos à análise de apenas um local responsável pela tarefa. E esse local é o Centro de Documentação da TV Globo, o Cedoc. Criado em 1974, é um setor inserido na Central Globo de Comunicação, e tem como gestora Maria Alice Fontes. No Cedoc ocorrem todas as etapas de um longo e trabalhoso processo de armazenamento de imagens de arquivo, e ele conta com o trabalho de pesquisadores de imagem, e editores de imagem, além de um grande aparato tecnológico.

O Cedoc é dividido em três áreas: sinopse, arquivo de imagem e pesquisa de texto. Nessa monografia serão abordados os trabalhos dos dois primeiros setores, visto que a pesquisa de texto não lida diretamente com imagens, embora contribua para a produção de material jornalístico ou de entretenimento através de pesquisas em veículos de comunicação impressos.

Programas jornalísticos da Rede Globo, programas jornalísticos de emissoras afiliadas, programas de entretenimento, vídeos institucionais da Rede Globo. Todos esses utilizam o trabalho do Cedoc. Todos os dias. Quase sempre com urgência. E quase sempre sem saber como funcionam as engrenagens desse setor.

A principal área que solicita imagens de arquivo é a editoria de esportes. Mas a área do jornalismo, tanto os programas da Globonews quanto os da grade da Rede Globo, também precisam de muito material. Não se pode esquecer que os fatos do dia alteram tudo. Um dia com notícias mais quentes, ao vivo, não precisarão tanto de imagens quanto um dia “mais morno”, em que se analisa mais o que passou do que se dá furos de reportagem.

Para se ter uma idéia do tamanho do Cedoc, a quantidade de discos óticos que armazenam vídeos ultrapassa os 16 mil, e cresce a cada dia. Isso sem contar com as fitas umatic, betas e os filmes, que ainda são em grande número e aos poucos são transferidos para discos óticos. O número de vídeos incluídos no sistema é em torno de 680 mil e o total de documentos que o Cedoc possui, entre vídeos e arquivos de texto, soma mais de 3.495.000.

Com tanta história e memória nas mãos, é natural que o Cedoc tenha muito trabalho, tanto no que se refere a selecionar imagens quanto a disponibilizá-las. E esse trabalho impreterivelmente começa em um setor chamado de Sinopse.

4.1 Sinopse de imagens – a escolha do que vai entrar para a história

Tudo começa com uma câmera na mão de um cinegrafista, e com a pressão no botão “rec”, que começa a funcionar. A imagem está sendo captada. Essa situação pode ser com um cinegrafista que acompanha o repórter em uma favela onde ocorre uma operação da polícia, ou a gravação de um programa de auditório, ou ainda o *Jornal Nacional*, que está entrando no ar, com o tradicional “Boa Noite” de Willian Bonner e Fátima Bernardes. Mas o fato é que a partir daí a imagem existe, e, após sua exibição, é preciso fazer algo com ela.

Nem sempre as imagens produzidas possuem boa qualidade estética ou são informações úteis para a sociedade, e o volume de material produzido é muito alto. Isso faz com que ocorra uma seleção, no momento do arquivamento, e parte das imagens não seja aproveitada. E essa seleção é feita na Sinopse do Cedoc.

Telejornais gravados e imagens brutas são levados em discos óticos até a sinopse, e os pesquisadores dessa área fazem o recebimento de fitas e depois assistem o material, decidindo logo após se aquelas imagens merecem ou não virar parte da memória da Rede Globo. Essa seleção é feita com agilidade, visto que há muito material para se ver todos os dias, mas também com muito cuidado, já que com um erro uma imagem importante pode ser apagada. Os pesquisadores que fazem esse trabalho precisam ser experientes e atentos, para que possam perceber se uma imagem aparentemente inútil pode se tornar um bom material a ser reutilizado, ou se realmente deve ser eliminada.

De acordo com Maria Fernanda Cardoso, responsável por parte das seleções de imagens feitas na Sinopse do Cedoc, os critérios para o acervamento ou não do material assistido são estabelecidos a partir da visão jornalística que se requer de um profissional do Cedoc e em constantes análises feitas no dia-a-dia entre os responsáveis pela seleção e sua supervisão, já que trata-se de um processo bastante dinâmico. Ela explica que um Vt que não tem valor hoje pode ter amanhã, devido a desdobramentos posteriores do caso, impossíveis de se prever no ato da seleção. E que a distinção que se faz entre arquivar um Vt editado (tal qual foi ao ar no jornal) ou não, é sua importância em

termos da notícia e do fato em si, visto que, em geral, suas imagens não possuem valor de reutilização para um outro telejornal, devido a própria edição já feita, que limita seu uso.

A decisão de não arquivar um Vt editado é no caso da notícia, do fato em si, não apresentar relevância em seu conteúdo e presumir-se tratar de um evento que não causará repercussão. Sendo assim, não se faz um documento para ele, com os dados pertinentes ao seu registro. E como o jornal é gravado na íntegra, é bom lembrar que esse Vt permanece, mesmo sem os dados detalhados no sistema, podendo ser acessado por busca de vocabulário livre e não pela indexação de palavras-chave e identidades, como se dá no caso do material documentado.

Como exemplifica e esclarece Maria Fernanda Cardoso, uma batida de carro na madrugada em que a única imagem veiculada é o carro batido no poste certamente não terá valor de arquivo, pois é uma imagem recorrente, principalmente nos telejornais matutinos da segunda-feira. Mas um acidente que teve uma repercussão grande, com jovens morrendo, flagrante dos pais chorando diante dos corpos, esses sim, ficam registrados. Outro exemplo são os Vts que vão ao ar no telejornal, apenas com imagens de arquivo, no caso do perfil de alguém que morreu, e que também não são arquivados. Mas se no mesmo Vt aparecem depoimentos sobre o falecido, arquiva-se.

Já o material bruto (imagens captadas pela câmera com som ambiente) também é gravado no Cedoc devido a sua importância em termos de imagens. Esse é o material de maior importância para o acervo e para o editor do jornal, pois trata-se de imagens sem corte, com o som ambiente original, que pode ser reutilizado nas mais diversas produções da emissora, sempre com um diferencial, pois é um material extenso, de muitas horas, ao contrário do Vt editado, que quase nunca ultrapassa um minuto

O caso do assalto no bairro da Tijuca em que o assaltante fez uma mulher refém e acabou por ser morto por um policial é um bom exemplo. Esse material foi gravado na íntegra, ou seja, no bruto, pois assim não ocorrem cortes da sequência, não há a narração do locutor encobrindo o áudio captado no local e não existe o efeito que se coloca no momento do tiro para amenizar o impacto da imagem para o telespectador que assiste em casa. Assim, quando um jornalista solicitar essa imagem, ele pode querer a matéria editada que foi transmitida, para mostrar o desenrolar do caso nos dias posteriores ao assalto, ou o material bruto, que lhe permitirá trabalhar a imagem com mais facilidade e oferecendo mais opções.

Esses critérios contribuem, portanto, para que as imagens que realmente importam e que são úteis permaneçam, otimizando o trabalho de pesquisa e trazendo qualidade para as imagens que integram o acervo do Cedoc.

um potencial documento é um documento na medida em que o historiador pode e sabe compreender nele alguma coisa (...) desde esse primeiro contato com o seu objeto material, o documento, a elaboração do conhecimento histórico mostra-nos em ação a operação lógica fundamental que toda a sequência da nossa análise não deixará de colocar em cada nível sucessivo do trabalho do historiador: a compreensão, ‘das Verstehen’. (MARROU *Apud* DODEBEY, 1997, p. 131)

Essa compreensão, de acordo com Vera Lucia Doyle Dodebei (DODEBEI, 1997, p. 131), diz ainda respeito à interação do pesquisador (eu) com o pesquisado (outro), já que essa relação do conhecimento do outro na experiência presente é o que proporciona o conhecimento.

As imagens, após terem sido selecionadas e aprovadas pelos pesquisadores responsáveis pela seleção, permanecem inseridas no sistema de imagem da TV Globo, mas ainda não possuem uma sinopse, e conseqüentemente não estão disponíveis para a pesquisa. Nessa fase entram os outros pesquisadores, responsáveis pela decupagem e elaboração da sinopse desse material previamente selecionado. O sistema em que esse trabalho ocorre divide os programas por “classes”, ou seja, de acordo com cada tipo de programa, e cada pesquisador ou grupo de pesquisadores é responsável pela sinopse de programas de cada classe. Alguns exemplos são: Telejornais como *RJTV*, *Jornal Hoje*, *Bom Dia Brasil*, *Bom Dia Rio* estão todos na mesma classe; Programas especiais, como *Fantástico*, *Esporte Espetacular* e *Globo Repórter* tem uma classe só deles; Assim como o *Jornal Nacional*, que possui uma classe exclusiva; A Globonews tem todos os seus programas em apenas uma classe; Assim como os eventos esportivos, como Meia maratona, competições de natação, etc.

As imagens brutas pertencentes a cada programa estão incluídas em suas respectivas classes, e as novelas, também decupadas por pesquisadores, pertencem a uma classe distinta, feita apenas para elas. É importante atentar, entretanto, que mesmo fazendo a sinopse de capítulos de novelas, o Cedoc não arquiva as novelas e os programas de entretenimento na íntegra. Apenas o primeiro e último capítulos de

novelas são arquivados, e apenas os programas de estréia de séries e programas de entretenimento, como *Toma lá, dá cá* e *Caldeirão do Huck* ficam no Cedoc. O restante desses programas ficam localizados no Arquivo de Mídia, na Central Globo de Produção, o Projac. O Arquivo de Mídia opera completamente independente do Cedoc, e mesmo que vez por outra o Cedoc solicite alguma dessas imagens ao Arquivo de Mídia, o trabalho é feito de forma separada. Isso ocorre porque o principal objetivo do Cedoc é atender ao jornalismo, e embora com exceções, como o *Fantástico*, que é mais informal e se auto-intitula uma “revista eletrônica”, é raro um programa jornalístico pedir imagens específicas de programas de entretenimento. Mas caso um pedido desses seja feito, a sinopse das novelas feita pelos pesquisadores do Cedoc é útil para encontrar a cena solicitada no Arquivo de Mídia, que não faz a decupagem dos programas.

Voltando para o processo de sinopse do Cedoc, os pesquisadores, divididos em cada classe de programa, assistem às imagens previamente selecionadas e fazem uma sinopse. Utilizam um vocabulário livre, e precisam estar atentos para escrever apenas o que vêem, e não o que ouvem nas matérias ou programas vistos. Isso porque na maior parte das vezes que uma pesquisa é feita, seu foco é na busca das imagens que existem, e não do que o repórter fala.

É ainda importante salientar que embora todas as matérias de programas jornalísticos sejam arquivadas, nem todas recebem uma sinopse completa. Quando o pesquisador faz a seleção das imagens que serão guardadas ou não, ele também seleciona as matérias que precisam receber uma sinopse detalhada – feita imagem por imagem – e as matérias que apenas merecem um título e uma pequena descrição. Alguns programas, como *Fantástico* e *Jornal Nacional*, tem todas as suas matérias decupadas independente de seu conteúdo, mas outros, como o *Bom Dia Rio*, variam de cada dia. Isso acontece devido a sua importância e alcance, já que alguns programas tem alcance nacional enquanto outros são transmitidos apenas para certo estado.

Durante a decupagem das imagens, o pesquisador também inclui dados como o nome do repórter que participou, e se participou, os locais onde as imagens foram feitas, se há alguma imagem feita por afiliada da Rede Globo e também se há alguma imagem possível de ter direitos autorais. Não é simples saber sempre se uma imagem tem direitos autorais, mas alguns casos, como cenas de filmes ou imagens de agências de notícias, sempre precisam de uma análise jurídica.

Quando um pesquisador tem alguma dúvida ou atenta para o fato de certa matéria ter direitos autorais, ele faz uma marcação na matéria e aquele arquivo com a sinopse é transferido posteriormente para o sistema jurídico, onde um advogado analisa o tipo de imagem e faz observações sobre seu uso (pode ser utilizada por todos os programas desde que creditem, ou apenas por telejornais, ou por nenhum programa salvo quando tenha autorização, etc.).

Depois de finalizada a sinopse, o pesquisador a transfere para um sistema chamado “indexação”, e faz a liberação do disco com as imagens referentes àquela sinopse para ser guardado em um arquivo de vts, existente no prédio da emissora. Enquanto o disco vai embora, bibliotecários abrem o arquivo com a sinopse recém-escrita e fazem a inclusão de palavras-chave. Os bibliotecários não vêem a matéria, apenas lêem a sinopse feita. Por isso é importante que a sinopse esteja concisa e ao mesmo tempo dando todas as informações necessárias. Nomes de políticos, lugares, ocorrências. Tudo isso será convertido em palavras-chave.

Essas palavras-chave, criadas por esse setor específico, são divididas em duas partes: “Assunto” e “Identidade”. O primeiro abrange objetos e denominações gerais, como por exemplo “desigualdade social” e “televisão”, ou até mesmo características da imagem a ser vista como “entrevista”, ou “câmera oculta”. A segunda parte, “Identidade”, é composta por nomes próprios de pessoas e locais, e dependendo de quem seja a identidade, traz informações detalhadas. Com essas informações da Identidade, ela é tanto usada como palavra-chave para fazer uma pesquisa de imagem, quanto pode ser aberta para que o pesquisador leia mais sobre o pesquisado em questão. Uma cantora como a Ivete Sangalo, por exemplo, vai ter em sua identidade as informações sobre o início de sua carreira, dizendo que ela começou na Banda Eva, os discos que lançou e algumas informações pessoais, como data de nascimento e se é solteira ou se tem filhos.

O bibliotecário, após fazer a indexação das palavras-chave de cada matéria ou arquivo bruto, enfim encerra o processo de sinopse de imagem, e o arquivo agora estará disponível para a consulta e pesquisa dos pesquisadores do arquivo de imagem do Cedoc.

4.2 Pesquisa – A imagem chegando até a tela da TV

São muitos programas entrando no ar todos os dias, alguns ao vivo, alguns gravados anteriormente, mas todos, vez ou outra, dependem de imagens de arquivo para ficarem completos. O *Jornal Nacional*, que fala sobre um poço de petróleo recém-descoberto, precisa de imagens de antigas descobertas de petróleo no Brasil. O *Altas Horas*, que entrevista o jogador Robinho, solicita imagens de alguns lances bonitos do jogador em campo para apresentar durante sua entrevista no programa. O *Globo Repórter*, que faz um programa sobre medo, precisa de diversas imagens assustadoras para completar sua edição. Michael Jackson morre, de modo completamente inesperado, e subitamente todos esses jornais citados, e mais as emissoras afiliadas e outros programas, precisam de imagens dele. Recentes, antigas, específicas. Tudo contra o tempo.

O arquivo de imagem funciona no terceiro andar da Rua Von Martius, no bairro do Jardim Botânico onde está localizada a sede da emissora da Tv Globo. Trabalham no setor pesquisadores, editores e uma secretária. E para seu trabalho funcionar o arquivo ainda conta com outro setor, conhecido como “Arquivo de Vts”, que organiza, disponibiliza e guarda os discos com imagens de arquivo.

Tudo começa com um pedido. Um jornalista, através de telefone, e-mail ou indo pessoalmente à sala do arquivo, pede alguma imagem específica. O pesquisador abre o sistema e inclui um pedido no nome do solicitante. Inclui a data e hora da entrega da imagem, os itens que fazem parte da pesquisa, e também se a imagem ou matéria desejada pode ser de qualquer programa jornalístico ou se é algum jornal específico. Cabe ao solicitante levar um disco ótico ou fita para ter sua imagem gravada.

A partir do pedido feito, é hora do pesquisador iniciar seu trabalho. Ele abre o pedido de pesquisa e pode iniciar a busca de dois modos: com vocabulário livre, ou seja, com “linguagem natural”, ou através de palavras-chave, constituídas por “assunto” e “identidade”, incluídas na fase indexação pelos bibliotecários.

embora existam correntes de pensamento que consideram a linguagem natural o meio atual de pesquisar nas grandes redes de oferta de informação, a linguagem formal, estruturada com a economia simbólica de um determinado campo de assunto, é ainda a mais útil para recuperar conjuntos de documentos ou unidades de conhecimentos dispersos

por vários “canais”, ou seções das redes de informação. As Linguagens Documentárias, a par de guardarem uma relação estreita com a linguagem natural, de vez que possuem um vocabulário ou léxico e uma estrutura ou sintaxe, representam o conteúdo informativo de um documento operando por análise e síntese. Quer dizer, a linguagem natural é traduzida para uma linguagem sintética - palavras-chave, descritores - a qual, retida na memória do catálogo tradicional ou da máquina, significa economia verbal, economia de símbolos, economia de espaço. Mas, certamente, significa também economia de significado. (DODEBEI, 1997, p. 128)

A utilização de palavras-chave delimita o significado, mas certamente agiliza a busca quando se trata de um documento de ordem concreta, como completa Vera Lucia Doyle Dodebei:

A memória documentária, constituída de objetos já selecionados e portanto documentos, operando com economia de símbolos e redução de significados nos aspectos ideológicos como é demonstrado na estrutura da sua matriz operacional, é o modelo de processamento da informação, ainda que virtual, que nos permite chegar ao documento primário, este sim, de ordem concreta. (DODEBEI, 1997, p. 130)

Essa utilização de palavras-chave para encontrar documentos nem sempre abrange todos os documentos possíveis, e isso se dá tanto pelas múltiplas possibilidades de inserir palavras-chave com assuntos parecidos, quanto pela não ocorrência daquela palavra-chave no documento pesquisado. O ato de atribuir palavras-chave para um certo acontecimento, ao mesmo tempo em que organiza, também delimita, e isso se deve ao fato de que os critérios utilizados para se definir as palavras-chave são subjetivos. Um mesmo documento poderia ter duas palavras-chave que quisessem expressar basicamente a mesma idéia, mas dependendo da palavra-chave inserida no momento de sua indexação, não será possível encontrar o documento desejado. Um exemplo é o apagão recente ocorrido em grande parte do Brasil e até em parte do Paraguai. Ao buscar apagões ocorridos em outros anos no Brasil e no mundo, é possível encontrar a palavra-chave “falta de luz”, que pode perfeitamente ser utilizada para o acontecimento. Mas também existe a palavra-chave “blecaute”, que como pôde ser visto durante a pesquisa de imagens, foi largamente utilizada para o apagão que ocorreu. Assim sendo,

ao se utilizar a palavra-chave “falta de luz”, a pesquisa fica comprometida, com resultados escassos e que não atendem aos pedidos feitos. Esse método de atribuir palavras-chave torna-se, portanto, complicado, pois acaba por atribuir diferentes classificações para documentos parecidos e traz dificuldade ao usuário, principalmente ao que não tem muita experiência com o sistema ou não conhece as muitas palavras-chave utilizadas e suas variáveis. Entretanto, essa é uma forma de pesquisa que não pode ser descartada, pois, sem dúvida, é um meio rápido e muitas vezes eficaz de se pesquisar.

Outro exemplo de como uma pesquisa é feita e as diferentes utilizações para o “vocabulário livre” e o “vocabulário controlado” é quando a pesquisa de imagem é sobre o traficante conhecido como “Matemático”, que pertence ao morro da coroa e cometeu certo crime. A primeira maneira de fazer a busca é através de palavras-chave. O pesquisador coloca como opção de busca os vídeos de todos os jornais, inclui na identidade o nome “Matemático” e também a identidade “Favela da Coroa” e aperta em pesquisar. Surgem vários documentos de diversos telejornais e datas. A partir daí o pesquisador lê a sinopse e faz uma marcação no documento se ele for desejado.

Mas esse processo de pesquisa também pode ser feito no vocabulário livre. Ao invés de apertar em “vocabulário controlado”, o pesquisador pode abrir “vocabulário livre” e escrever as palavras que quiser. Por exemplo, “matemático favela coroa”. Isso vai abranger todos os documentos que tenham essas palavras, mesmo que seja sobre um matemático que mora na favela em questão. Mas esse tipo de pesquisa com vocabulário livre também pode ser útil em um documento em que aparece o bandido, mas que não foi incluída uma palavra-chave com seu nome porque ele ainda não era bastante conhecido e não existia uma identidade para ele. Talvez seu nome apareça somente na sinopse, e com o vocabulário livre é possível encontrar.

Durante a pesquisa, o pesquisador seleciona e faz uma marcação nos documentos que lhe servem, fazendo com que eles sejam incluídos nos resultados da pesquisa no sistema. Alguns documentos podem ter observações de Direitos Autorais, e o pesquisador deve ficar atento e ver se é permitida a utilização de certa imagem. Caso precise dar crédito às imagens a serem utilizadas em certo documento, uma observação deve ser feita para o solicitante atentando para o fato.

Após concluída a pesquisa, o pesquisador solicita os documentos que escolheu, e envia a pesquisa feita para a parte de edição. A solicitação dos discos feita pelo

pesquisador chega no sistema do setor conhecido como “Arquivo de Vts”. No Arquivo de Vts, após o recebimento da solicitação, funcionários separam os discos com as imagens das numerações pedidas e os discos são levados até o arquivo de imagem para finalizar a pesquisa com a gravação das imagens.

Assim que os discos chegam no arquivo de imagem, eles são colocados em uma estante onde ficam as pesquisas que serão gravadas à espera de um editor que esteja livre para fazer a gravação. Junto com os discos de imagem é incluído também o disco do solicitante para fazer a cópia do que foi pedido.

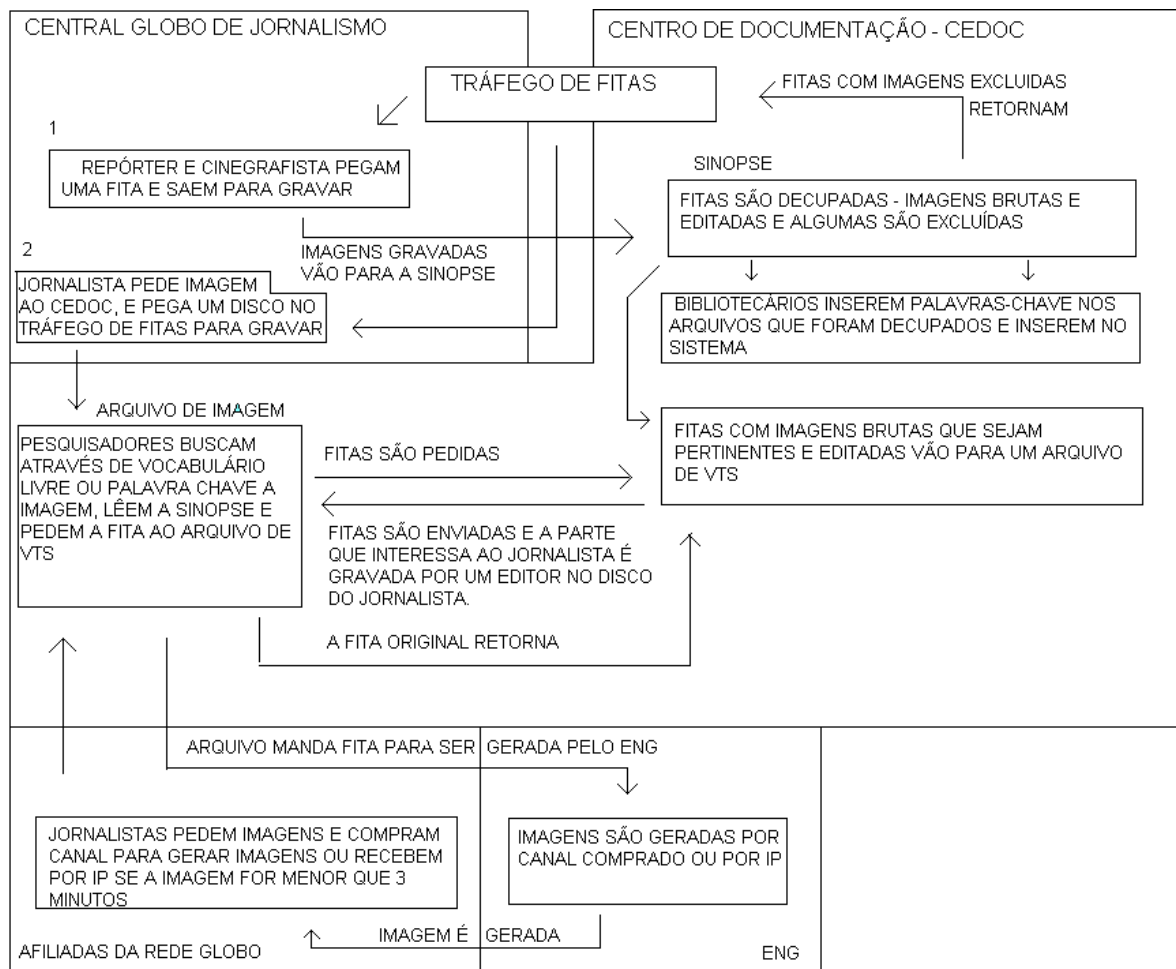
A partir daí começa o trabalho dos editores. Eles abrem no sistema as pesquisas a serem gravadas e pegam o material separado na estante. Seguindo as orientações do pesquisador escritas no pedido de pesquisa, gravam as imagens e ao finalizar colocam o disco pronto em uma estante de pesquisas prontas, para que quando o solicitante chegue a pesquisa seja entregue. Em outros casos, como quando a pesquisa é para alguém que está na Central Globo de Produção, o Projac, ou em emissoras afiliadas, que ficam em outros estados, há três maneiras de gravar e entregar uma pesquisa. A primeira é através da geração de imagem por satélite.

A geração de imagem é feita através de um setor conhecido como ENG (Eletronic News Gathering). Eles recebem a pesquisa gravada pelo Cedoc e fazem a geração para o programa ou emissora afiliada. Embora seja rápida, é cara, pois é preciso pagar por um “canal” para transferir o material. A segunda maneira é enviar através do ENG por IP, um método gratuito, mas que limita a até quatro minutos o tamanho da imagem a ser enviada.

A terceira e última forma de se enviar uma imagem é através de malote, uma espécie de correio interno. Essa maneira é mais demorada. Dependendo do estado de destino, pode durar dias, mas o custo do transporte não é transferido para o solicitante da imagem, pois malote é custeado pela Rede Globo.

Depois que a imagem é entregue ao jornalista que a solicitou, é só aguardar que ela entre no ar para conferir o trabalho feito e assim perceber de fato a contribuição do Cedoc na produção da Tv Globo.

Na próxima página está um esquema resumindo todo o percurso feito pela imagem desde que chega em estado bruto ao Cedoc até ser arquivada e reutilizada.



5. Conclusão

A partir da leitura do presente trabalho, é possível perceber que a preocupação com a memória e com o arquivamento do que já passou não é exclusiva de museus, bibliotecas e historiadores. Com o mundo em constantes modificações e com uma rapidez cada vez maior, o medo do esquecimento toma conta das pessoas e o ato de guardar o que quer que seja é o meio mais seguro de se sentir protegido do esquecimento.

Os meios de comunicação produzem cada vez mais notícias, que são veiculadas em diversas plataformas: televisão, rádio, internet, jornais. Isso sem contar com as novas mídias, como os telefones celulares, que captam informações de diversos meios em tempo real. As pessoas recebem toda essa enxurrada de informações, mas não conseguem absorver tudo e, invariavelmente, se sentem perdidas e angustiadas.

A mídia, da mesma forma, também não lida com facilidade com tantas notícias, e precisa arranjar tanto modos de avaliar as informações que surgem a cada instante, como decidir o que fazer com elas depois que são veiculadas.

A avaliação das informações feita pela mídia acaba por definir certos fatos como históricos, atribuindo importância a eles e fazendo com que “automaticamente” eles estejam seguros do esquecimento, já que não são acontecimentos sem importância. O problema que surge desse ato é uma acumulação de fatos históricos criados pela mídia, que precisam de um local para serem guardados. E aí entra o papel dos arquivos, e mais especificamente do arquivo de imagem da TV Globo, o Cedoc, estudado nesta monografia.

A utilização de imagens de arquivo é, atualmente, muito importante para a boa qualidade do jornalismo de uma emissora de TV, e principalmente da TV Globo. E não apenas do jornalismo, mas de diversos outros programas de entretenimento que por vezes precisem utilizar alguma imagem que já foi transmitida ou mesmo criada pela rede de televisão, mas que nunca tenha ido ao ar.

As imagens de arquivo servem tanto para comparar acontecimentos recentes com fatos passados, quanto como material de estudo para se compreender certa época em seus diversos aspectos: culturais, políticos, econômicos etc. Através delas é possível traçar um panorama de certo evento e estudar estratégias para melhorar a sociedade em diversos aspectos. E o que faz das imagens de arquivo potenciais documentos históricos

é o fato de apresentarem imagens em vez de apenas textos, o que torna muito mais real e próxima a observação dos fatos, além de se tratarem de documentos jornalísticos, com credibilidade.

Assim, torna-se essencial pensar em cada vez mais modos de se trabalhar com imagens de arquivo, tanto no que se refere a meios de arquivamento quanto a modos de pesquisa dessas imagens, visando sempre a qualidade máxima e a maior agilidade possível.

São muitas as considerações sobre o que é um simples fato e o que deve ser arquivado e, mais ainda, como tais decisões afetam as memórias coletivas de certo grupo ou nação. Portanto, não se pretende aqui definir tais critérios de avaliação ou importância, mas apenas apontar o papel de destaque que as imagens de arquivo possuem e abrir caminho para uma investigação mais ampla sobre o tema.

O aprofundamento de tais questões abre espaço para novas formas de avaliação de fatos, arquivamento e utilização de imagens na televisão brasileira. E, quem sabe, de deixar os fatos jornalísticos do presente cada vez mais abertos e acessíveis para os jornalistas e telespectadores do futuro, que podem fazer deles os mais diferentes usos.

6. Bibliografia

- BARBOSA, Marialva. “Memória: um passeio teórico”. In *Percursos do Olhar. Comunicação, Narrativa e Memória*. Niterói, EDUFF, 2007, p. 39-52
- BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “Memória, Relatos Autobiográficos e Identidade Institucional”. *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 47, ano XXVIII, 2007, p. 99-114
- BONNER, William. *Jornal Nacional: Modo de Fazer*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009
- CARVALHAL, Juliana Pinto. “Maurice Halbwachs e a questão da memória”. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 56, 2006. Site: <http://www.espacoacademico.com.br/056/56carvalhal.htm> Visualizado em 10 de setembro de 2009
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. *A percepção do tempo através do jornalismo contemporâneo – A valorização do presente e a demanda de memória no jornal O Globo*. Rio de Janeiro: Monografia ECO/UFRJ, 2006
- DICIONÁRIO Aurélio. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000
- DODEBEI, Vera Lucia Doyle. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997
- ENNE, Ana Lucia. *Memória, Identidade e imprensa em uma perspectiva relacional*. Artigo
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2008
- HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória: Arquitetura, Monumentos, Mídia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2004
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1996
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *História e Memória: Algumas observações*. Artigo retirado da internet. Site:

http://www.fja.edu.br/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf Visualização em 13 de outubro de 2009

OLIVEIRA, Eliane Braga de. *O(s) conceito(s) de memória na bibliografia arquivística e nas práticas profissionais institucionalizadas no Brasil*. Site:

<http://www.asocarchi.cl/DOCS/64.pdf> Visualização em 24 de setembro de 2009

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.2, n 3, 1989

REIS, Flavia Florentino Marcondes dos. *Jornalismo e História: Fonte, Memória e Interdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Monografia ECO/UFRJ, 2007

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *A História do seu tempo: A Imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro. Tese de Mestrado ECO/UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart & BRASILIENSE, Danielle Ramos. “Memória e narrativa jornalística”. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart & FERREIRA, Lúcia M. A.. (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, v. 1, pág. 219 a 235.

ZELIZER, Barbie. *Covering the body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002

Entrevista com Maria Fernanda Cardoso, funcionária do Centro de Documentação da TV Globo

Sites:

Memória Globo: <http://memoriaglobo.globo.com/>

Jornal Nacional: <http://jornalnacional.globo.com/>

RJ TV: <http://rjtv.globo.com/>

Jornal da Globo: <http://jornaldaglobo.globo.com/>

Anexo I



Jornal Nacional - 20/10/2009

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1348584-10406,00-VATICANO+PERMITE+CONVERSAO+DE+ANGLICANOS.html>

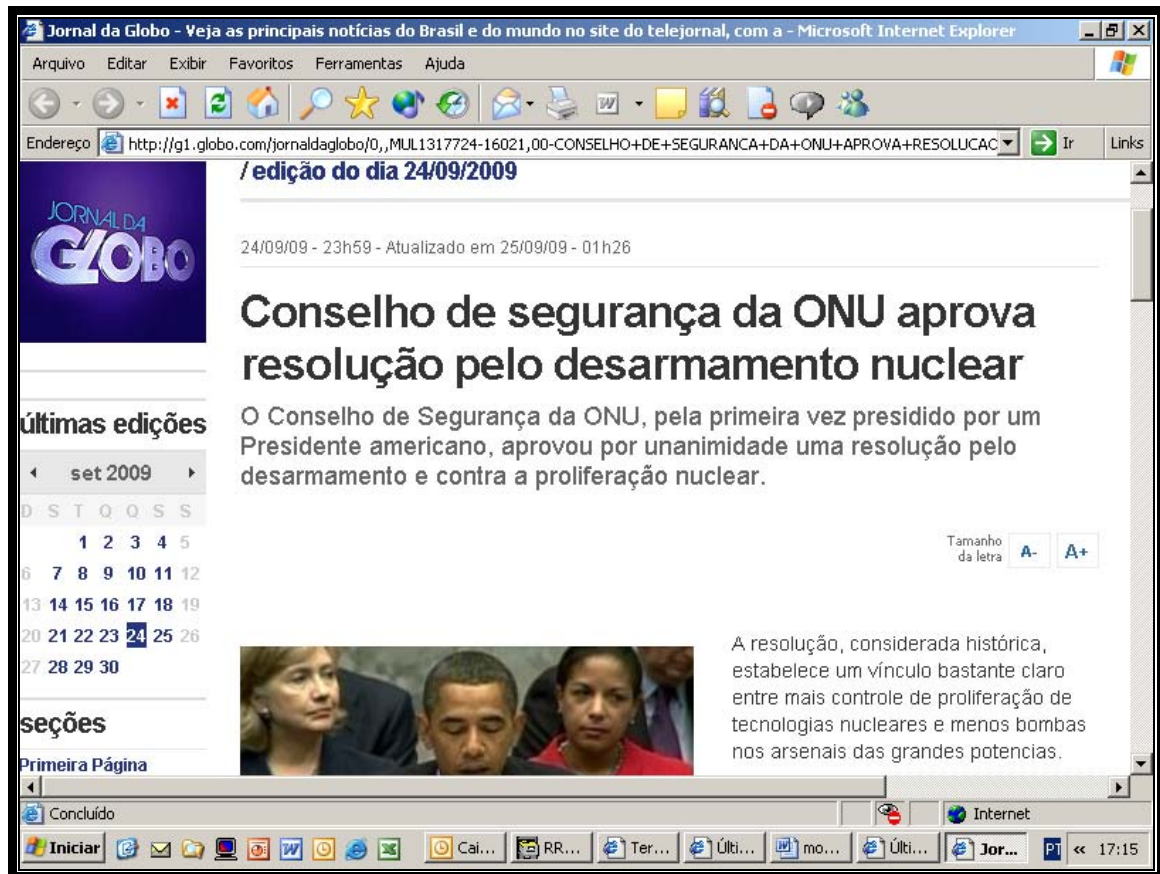
Anexo II



Jornal Nacional – 02/01/2007

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL571069-10406,00-BALANCA+COMERCIAL+FECHA+COM+RECORDE+HISTORICO.html>

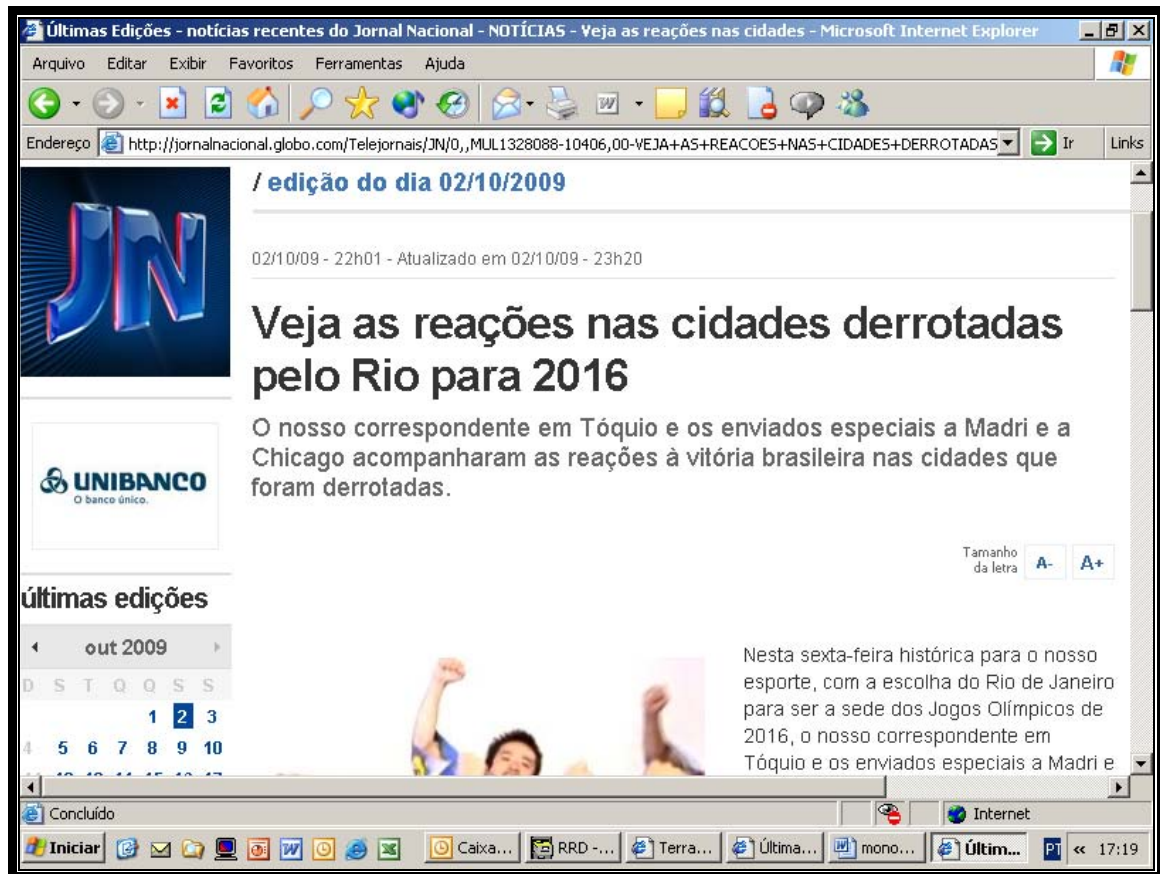
Anexo III



Jornal da Globo - 24/09/2009

<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL1317724-16021,00-CONSELHO+DE+SEGURANCA+DA+ONU+APROVA+RESOLUCAO+PELO+DESARMAMENTO+NUCLEAR.html>

Anexo IV



Jornal Nacional – 02/10/2009

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1328088-10406,00-VEJA+AS+REACOES+NAS+CIDADES+DERROTADAS+PELO+RIO+PARA.html>

Anexo V



RJ TV 2ª Edição – 02/07/2008

<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL633931-9099,00-NOITE+HISTORICA+NO+MARACANA.html>

Anexo VI



Jornal Nacional - 01/08/2009

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1251656-10406,00-CIELO+VENCE+OS+M+LIVRE+E+ENTRA+PARA+A+HISTORIA+DA+NATACAO.html>

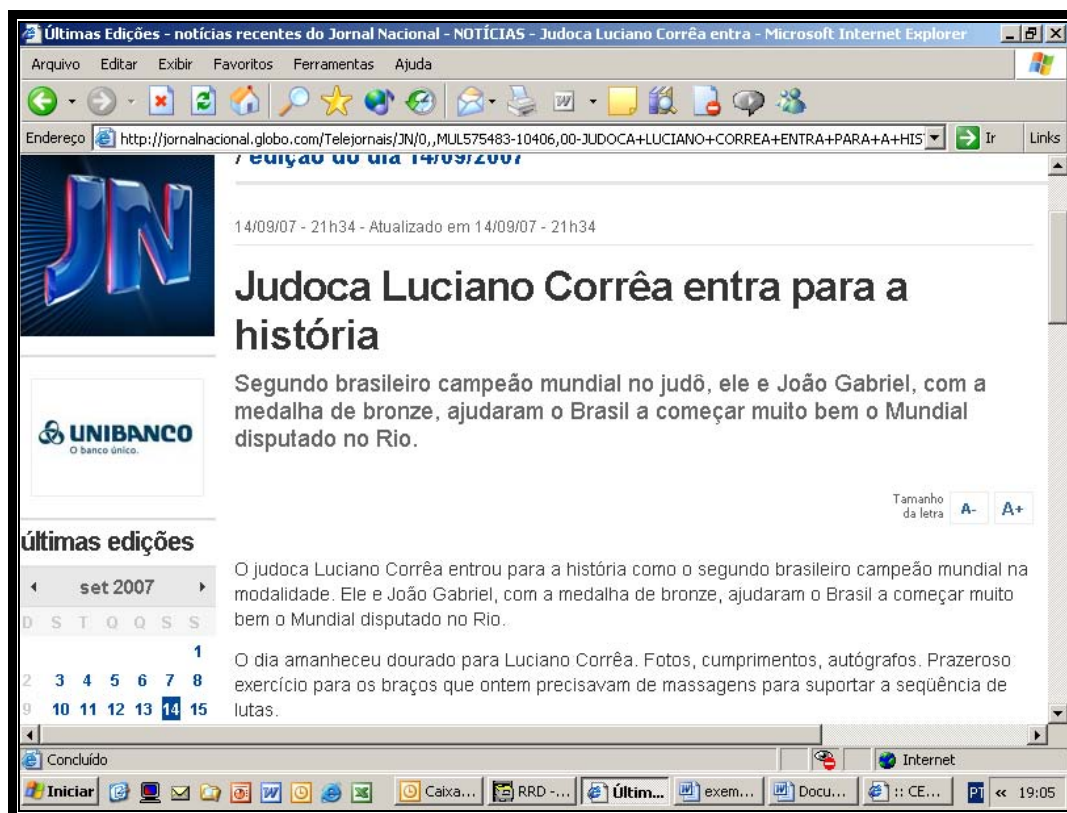
Anexo VII



Jornal Nacional - 08/06/2009

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1187642-10406,00-BUTTON+ENTRA+PARA+A+HISTORIA+NO+GP+DA+TURQUIA.html>

Anexo VIII



Jornal Nacional 14/09/2007

<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL575483-10406,00-JUDOCA+LUCIANO+CORREA+ENTRA+PARA+A+HISTORIA.html>